

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO

**ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E ABERTURA
COMERCIAL: IMPACTOS NA ESTRUTURA PRODUTIVA E NAS
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – 1980-2005**

Monografia apresentada ao Programa do curso de Pós-graduação do Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Contabilidade e Finanças.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin

Curitiba

junho 2007

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram de qualquer forma para o andamento e conclusão da minha monografia. Primeiramente a Deus, clemente e misericordioso. A minha família que está sempre me apoiando em todas as minhas idéias e ações. Meu agradecimento em especial a Rejane Kucmanski, que, com sua amizade e carinho, sempre me apoiou e em todos os momentos esteve e está disposta a me ajudar em tudo que for preciso mostrando, com seus gestos, o quanto é significativa a sua amizade em minha vida. Agradeço ao Marcos Castro, o qual tenho orgulho de tê-lo como irmão, pelo seu companheirismo. Agradeço ao meu orientador Professor Fábio Dória Scatolin, pela sua disposição a me orientar, pela sua paciência, dedicação e interesse.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	v
LISTA DE GRÁFICOS	vi
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	vii
RESUMO	viii
1 INTRODUÇÃO	01
2 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO	04
2.1 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	04
2.2 CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NA LITERATURA INTERNACIONAL	09
2.3 DOENÇA HOLANDESA E O CASO BRASILEIRO.....	13
2.4 DEBATE SOBRE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	17
3 A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ECONÔMICA DO BRASIL E MUNDIAL	21
3.1 A EVOLUÇÃO DOS FATORES ECONÔMICOS.....	22
3.2 A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE REESTRUTURAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E PRODUTO	27
4 EVIDÊNCIAS DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	34
4.1 A ESTRUTURA PRODUTIVA E ECONÔMICA DO BRASIL.....	34
4.2 COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: EXPORTAÇÕES	42
5 CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	52
ANEXOS	55

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DOS VALORES ABSOLUTOS DO PIB, EMPREGO, POPULAÇÃO, EXPORTAÇÕES TOTAIS, EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS, VALOR ADICIONADO TOTAL E VALOR ADICIONADO DAS MANUFATURAS EM PAÍSES SELECIONADOS – 1985-1994.	24
TABELA 2 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DOS VALORES ABSOLUTOS DO PIB, EMPREGO, POPULAÇÃO, EXPORTAÇÕES TOTAIS, EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS, VALOR ADICIONADO TOTAL E VALOR ADICIONADOS DAS MANUFATURAS EM PAÍSES SELECIONADOS – 1995-2005.	26
TABELA 3 – TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL: INDICADORES DA REORIENTAÇÃO NA ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES E PRODUTOS EM PAÍSES SELECIONADOS – 1985-1994.	29
TABELA 4 – TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL: INDICADORES DA REORIENTAÇÃO NA ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES E PRODUTOS EM PAÍSES SELECIONADOS – 1995-2005.	32
TABELA 5 – TAXA DE VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO PIB – 1985-2005.	36
TABELA 6 – TAXA DE VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO POR SETORES DA ECONOMIA NO TOTAL DO EMPREGO DO BRASIL – 1980-2000.	38
TABELA 7 – TAXA DE VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SETOR DA ECONOMIA DO BRASIL – 1985-2005.	39
TABELA 8 – TAXA DE VARIAÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO FORMAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO TOTAL DO EMPREGO DA ECONOMIA NO BRASIL – DESAGREGADO POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA – 1985-2004.	40
TABELA 9 – TAXA DE VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA NO TOTAL DO EMPREGO NO BRASIL – 1985-2004.	41
TABELA 10 – TAXA DE VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS SUBSETORES DA INDÚSTRIA NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL – 1985-2005.	45
TABELA 11 – TAXA DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA NO BRASIL – 1985-2005.	45
TABELA 12 – TAXA DE CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA DA INDÚSTRIA DO BRASIL – 1985-2005.	46

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PIB DESAGREGADO – PARTICIPAÇÃO POR SETOR NO TOTAL DA ECONOMIA – 1985-2005.....	35
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO NO EMPREGO TOTAL DA ECONOMIA DO BRASIL – 1980-2001.....	37
GRÁFICO 3 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO TOTAL DO EMPREGO DO BRASIL – 1985-2004.....	38
GRÁFICO 4 – PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DESAGREGADA POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA NO BRASIL – 1985-2004.....	41
GRÁFICO 5 – EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA – 1980-2005.....	43
GRÁFICO 6 – TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL (INPC) NO BRASIL – 1980-2006.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

BNDES –	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
CEPA –	CENTER FOR ECONOMIC POLICY ANALYSIS
CEPAL –	COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA
EMP –	EMPREGO
EXM –	EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS
EXT –	EXPORTAÇÕES TOTAL
FIERGS –	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FMI –	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
GDP –	GROWTH DOMESTIC PRODUCTION
IBGE –	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICONE –	INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS
IEDI –	INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
IPARDES –	INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
IPEA –	INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADAS
ISI -	INDUSTRIALIZAÇÃO VIA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÃO
MML –	METODOLOGIA DO MARCO LÓGICO
MTR –	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
OCDE –	ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
OIT –	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
PIB –	PRODUTO INTERNO BRUTO
RAIS –	RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÃO SOCIAL
SECEX –	SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR
UNCTAD –	UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT
VAM –	VALOR ADICIONADO DAS MANUFATURAS
VAT –	VALOR ADICIONADO TOTAL

RESUMO

Esta monografia examina as estratégias de desenvolvimento e a abertura comercial bem como o seu impacto na estrutura produtiva e nas exportações brasileiras no período de 1985 a 2005. O foco do estudo é o setor industrial manufatureiro com a abertura comercial e analisar o regime de política macroeconômica, mais especificamente a estratégia utilizada no decorrer da década de 1990. O estudo centra a importância do país adotar uma Política Industrial para promover um aumento das exportações de produtos manufaturados em especial aquelas que possuem um valor agregado em média e alta Tecnologia. A importância do assunto vem sendo cada vez mais destacada por ter uma séria incidência no bem estar econômico e, principalmente, social da população brasileira, uma vez que, o nível de emprego vem sofrendo uma constante queda na participação do setor de indústria de transformação. A título de conclusão foi possível evidenciar que o país realmente passa por um processo de desindustrialização, especificamente uma desindustrialização do tipo relativa, porém, com tendência a ser absoluta.

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais temas do debate no início do presente século nos meios políticos e acadêmicos referentes ao desenvolvimento econômico brasileiro giram em torno da discussão sobre os rumos da indústria brasileira. O país estaria passando por um processo de desindustrialização na economia?

De um lado há uma corrente de economistas que confirmam a existência desse processo no Brasil, de outro lado, aqueles que recusam essa idéia.

Evidências empíricas preliminares podem dar uma idéia de que a desindustrialização no Brasil realmente existe. A diminuição do nível de emprego relativo na indústria de transformação e a diminuição da participação desta indústria no Produto Interno Bruto, as quais tiveram início a partir de meados da década de 1980, são evidências que comprovam de forma clara que este problema existe no Brasil.

Os efeitos da desindustrialização sobre a economia podem ser analisados sob três óticas: 1) com relação ao setor externo, isto é, o comportamento das manufaturas, 2) a evolução da estrutura industrial em termos de produto e 3) com relação ao comportamento do nível de emprego industrial.

Se o processo de desindustrialização afeta a economia através do nível de emprego em termos absolutos e em sua participação relativa, qual então seria seu impacto no comércio externo brasileiro no período? Essa é a questão central analisada neste trabalho.

As possíveis causas da desindustrialização podem estar vinculadas primeiramente à abertura comercial e a conseqüente reestruturação industrial que não foi acompanhada por um ajuste de modernização na indústria. O que teria ocorrido foi uma perda de importância de segmentos industriais relevantes e ruptura de elos em cadeias produtivas motivadas pelo aumento de importações no início da década de 1990. Esse fenômeno teria tirado a competitividade dos produtos manufatureiros de maior valor agregado frente a produtos estrangeiros.

Uma segunda causa do processo de desindustrialização a ser analisada é a mudança na estratégia de desenvolvimento do país. Isto é, na medida em que o Brasil abandona sua estratégia de industrialização via ISI e passa a adotar um conjunto de políticas de cunho liberal voltadas à estabilização com um mix de política macrorestritiva (câmbio valorizado, juros reais elevados e aumento da carga tributária), este conjunto de políticas teria desfavorecido a evolução da indústria local com conseqüências no produto e no emprego.

Com o crescimento das exportações de produtos primários e o grande boom do setor agropecuário pós-desvalorização do Real em 1999 e a conseqüente valorização da moeda nacional a partir de 2004, levou a que alguns autores identificassem este fenômeno de “doença holandesa”.

Porém, a doença holandesa poderia ser uma conseqüência, também, da elevação dos preços dos produtos primários. A medida em que os preços internacionais do commodities aumentavam, favorecia uma maior apreciação da moeda nacional, dessa forma, prejudicando outros setores mais intensivos em tecnologia em detrimento ao aumento das exportações de produtos de baixa intensidade tecnológica, como produtos intensivos em recursos naturais.

O objetivo central do trabalho é, a luz do debate a cerca dos rumos da indústria na economia brasileira, analisar a evolução da estrutura produtiva industrial do Brasil, bem como evidenciar sua dinâmica de comércio exterior entre 1980 e 2005.

O trabalho tem como objetivos específicos analisar primeiramente o impacto das taxas de câmbio na dinâmica do comércio exterior brasileiro, destacando os produtos intensivos em Tecnologia, uma vez que, de acordo com as Teorias de Desenvolvimento, a Tecnologia exerce um papel de impulsionadora do crescimento econômico.

Segundo, verificar o dinamismo da pauta exportadora frente a uma provável diminuição da competitividade brasileira em relação aos demais países.

Finalmente, pretende-se analisar a estrutura econômica e a política macroeconômica adotada a fim de estabelecer uma visão estratégica de longo prazo,

uma vez observada uma estratégia liberal insurgente do consenso de Washington e que gerou uma certa euforia no Brasil na medida em que se voltou ao curto prazo.

Justifica-se o trabalho a partir da importância que o tema vem ganhando nos meios acadêmicos e políticos, uma vez que, para o setor industrial o ambiente macroeconômico é fundamental para a sobrevivência e expansão de suas atividades e para a nação, para o desenvolvimento econômico e para a o país. O comércio exterior torna-se uma nova possibilidade de conquistas de mercados para a empresa, expandindo assim a atuação da indústria do país. Por outro lado, o das importações, a indústria nacional pode perder competitividade interna, a medida em que a taxa de câmbio é valorizada, perdendo assim mercado.

A metodologia utilizada no trabalho foi, em um primeiro momento, a conceituação e debate teórico sobre o tema. Em seguida foram apresentadas as evidências empíricas que comprovem e baseiam o referencial teórico utilizado.

As fontes de pesquisa utilizadas foram a base de dados do Ipeadata do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, dados do FMI, OCDE, OIT, Banco Mundial, Unctad, CEPAL, IPEA, IBGE, Funcex, Ipardes e textos de instituições que tem debatido o tema como, BNDES, ICONE, IEDI entre outros.

Dessa forma, o trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro apresentado a base teórica em que norteia o estudo a respeito de estratégias de desenvolvimento e desindustrialização. O segundo é feito uma análise comparativa entre os países da América Latina e Ásia a fim de observar a evolução do comportamento econômico. E por fim, o terceiro capítulo apresenta evidências empíricas de desindustrialização no Brasil.

2 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO

O presente capítulo faz uma revisão teórica do debate acerca das estratégias de desenvolvimento e o processo de desindustrialização. Esta revisão é composta por quatro seções.

Na primeira seção é apresentada as diferentes estratégias de desenvolvimento econômico adotadas pelos países em desenvolvimento na segunda metade do século XX. Na segunda seção é apresentado o conceito de desindustrialização. Na terceira seção discute o problema da doença holandesa, onde seria um caso específico de desindustrialização analisado na segunda seção. Finalmente, a quarta seção trata do debate a cerca da desindustrialização no Brasil.

2.1 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na literatura econômica há uma vasta discussão a respeito da estratégia de desenvolvimento a qual o Brasil deve seguir. Esse debate não é atual, porém, nem tão pouco atrasado. Ele permanece na pauta de discussão constantemente e não se extinguiu com o tempo.

Dessa forma, esta seção tem como objetivo principal expor o debate e mais especificamente ressaltar a estratégia de industrialização via promoção de exportações, ou seja, uma estratégia voltada para fora, em que se devem identificar os setores dinâmicos da economia nacional e dessa forma promover seu comércio através de políticas comerciais viáveis e agregadas em valor de médio e alto teor Tecnológico.

Podem-se classificar as estratégias de desenvolvimento em Neoliberal, via industrialização, baseada na agricultura e complementada por políticas redistributivas e a estratégia socialista de desenvolvimento.

A Estratégia neoliberal tem ênfase na política fiscal e monetária e nas reformas microeconômicas, sendo profundamente enraizada na microeconomia neoclássica, mas com objetivos macroeconômicos de crescimento de longo prazo.

Nesta estratégia o setor privado é o elemento central e representa o setor líder do processo, restando ao Estado um papel reduzido.

Os principais objetivos da política econômica são 1) estabilizar a economia e produzir um bom funcionamento do mercado, 2) melhorar a alocação de recursos e 3) aumentar o nível de produto e padrão de vida da população.

Uma vertente complementar da estratégica neoliberal é a Estratégia voltada para fora, apenas englobando um papel maior do Estado na alocação de recursos em particular com relação à política cambial. Nesta estratégia, o comércio exterior é o setor líder ou motor de crescimento.

A segunda estratégia é a Estratégia de desenvolvimento via industrialização. A ênfase desta estratégia é na industrialização como forma de aumentar o produto da economia e com isso melhorar o padrão de vida da população. Diferente da estratégia neoliberal a ênfase aqui não é no curto prazo, mas na aceleração do crescimento do produto agregado.

O objetivo desta estratégia pode ser atingido de três formas: a primeira forma é o crescimento do setor manufatureiro produtor de bens de consumo destinado ao mercado interno com forte proteção tarifária; a segunda é concentrando os investimentos nas indústrias de bens de produção, baseado na intervenção do Estado; e a terceira é deliberadamente orientando o setor manufatureiro para as exportações via incentivos.

A terceira estratégia é desenvolvimento baseado na revolução verde. A estratégia é baseada no crescimento da agricultura e não no crescimento do produto como um todo. O objetivo é reduzir a pobreza via redução do custo da alimentação.

Uma vertente complementar a esta é a estratégia re-distributiva de desenvolvimento. A estratégia começa onde a estratégia anterior termina, isto é, da agricultura para os demais setores da economia.

Finalmente, a quarta é a Estratégia socialista de desenvolvimento. O Estado é o agente central da estratégia, com pouca participação da iniciativa privada.

A fim de verificar a composição tecnológica das exportações de produtos manufaturados, Lall (2005, p. 52) utiliza a seguinte classificação:

- a) Intensivo em recursos naturais, que são setores que tem como principal fator competitivo o acesso a recursos naturais;
- b) Intensivos em trabalho, os quais tendem a estar a estar na extremidade inferior do espectro tecnológico, com baixa exigência de habilidades técnicas, ou seja, com mão-de-obra não especializada;
- c) Intensivo em escala, que utilizam tecnologias complexas e são intensivas em capital, porém não se situam nas posições mais avançadas de tecnologia;
- d) Produtos diferenciados, que constituem produtos de engenharia mais sofisticada, envolvendo produtos de engenharia mais sofisticadas, pesquisa e habilidades industriais;
- e) Produtos de base científica, que utilizam tecnologia de ponta.

Lall conclui sua classificação ressaltando que as três últimas categorias são tecnologicamente avançadas, e os dois últimos produtos como de alta tecnologia.

Para Erber (2000) os setores industriais diferenciam-se também pelo fluxos intersetoriais de tecnologia, ou seja, as inovações em setores restritos do setor industrial de transformação tende a ser transmitida aos outros setores, onde de certa forma a demanda de um sistema industrial depende de sua composição setorial.

Portanto, para Erber (2000, p. 3) , “quanto maior forem os pesos relativos de setores que atuam próximos das fronteiras científicas e de setores produtores de bens de capital, maior tende a ser o uso dos ativos tecnológicos e mais rápido o progresso técnico”.

Partindo do ponto de vista de Peres (2005, p. 5), “o crescimento econômico no longo prazo é uma combinação da acumulação de conhecimento e da diversificação da estrutura produtiva”.

A acumulação de conhecimento a que se refere a autora está voltada às idéias

de crescimento endógeno e schumpeteriana em que, o progresso técnico deriva da acumulação de idéias e conhecimentos adquiridos durante o tempo e que surge dentro da empresa mais dinâmica.

Por conseguinte, a diversificação da estrutura produtiva melhora a mescla de produtos e o vetor de especialização internacional, conforme Peres, a diversificação produtiva melhora o encadeamento interno.

A idéia central de Peres (2005, p. 7), portanto é que, “A especialização com aumento do conteúdo de conhecimento e a diversificação permitem aproveitar mais cabalmente os rendimentos crescentes de escala implícitos no progresso técnico”.

Para Peres (2005, p. 7) os países da América Latina devem:

Por em prática políticas para criação de novos setores ou modernização de setores maduros, respeitando restrições dadas pelo tamanho, o grau de desenvolvimento e a estrutura produtiva das distintas economias nacionais. A diversificação da estrutura produtiva, melhorando a mescla de produtos e o vetor de especialização internacional, é um determinante do fechamento da brecha de produtividade em relação à fronteira tecnológica internacional e, por conseguinte, da aceleração do crescimento da produtividade agregada em economias abertas. Tal diversificação permite melhores encadeamentos internos, o que fortalece o impacto positivo do crescimento econômico sobre a produtividade agregada.

Um dos maiores desafios com que se defronta a economia brasileira é a dificuldade que ela apresenta de competir no comércio internacional e parte dessa dificuldade se explica pela pauta de exportação do país que tem a presença vigorosa dos produtos provenientes de recursos naturais e principalmente de commodities.

Esses produtos por sua vez estão mais vulneráveis às variações de preços e principalmente a políticas protecionistas de outros países.

Tigre (2006, p. 4), aponta como estratégia alternativa para promover o crescimento das exportações seria “apostar no desenvolvimento tecnológico local para diversificar a pauta exportadora de produtos manufaturados e obter maior valor agregado”. O autor aponta uma hipótese para o baixo dinamismo das exportações brasileiras, até os anos 90 a “insuficiente incorporação de novas tecnologias no processo produtivo visando assegurar qualidade, adequação as normas internacionais e

cumprimento de padrões ambientais”.

Em resumo, a tecnologia vem passando a ser a variável chave para explicar a competitividade das empresas e das nações. Políticas públicas de P&D, formação de recursos humanos e criação de infra-estrutura tecnológica vem merecendo destaque na literatura e na atenção de dirigentes em todo o mundo.

No final da década de 80 os países da América Latina, em especial o Brasil, começaram a introduzir reformas econômicas estruturais, com destaque para a liberalização comercial. No Brasil, o marco da liberalização pode-se considerar como o ano de 1990, abandonando definitivamente o modelo de substituição de importações.

Como reação à liberalização comercial, Arbache e De Negri (2003, p. 162), ressaltam que, do ponto de vista teórico, “devem-se esperar significativos ajustamentos da economia, especialmente na produção, alocação intersetorial de fatores, preços relativos e remuneração dos fatores”.

Mais especificamente, os autores apontam para uma mudança estrutural da economia com destaque para a os setores que utilizam mais intensamente os fatores de produção abundantes no país, dada a tecnologia, tendem a crescer, por outro lado, setores que utilizam fatores de produção menos abundantes devem sofrer certas dificuldades, tendo o risco de desaparecer.

Arbache e De Néri (2003, p. 162) apontam para:

uma mudança estrutural da economia com destaque para a os setores que utilizam mais intensamente os fatores de produção abundantes no país, dada a tecnologia, tendem a crescer, por outro lado, setores que utilizam fatores de produção menos abundantes devem sofrer certas dificuldades, tendo o risco de desaparecer.

Porém, com a crescente internacionalização da economia, a identificação dos setores mais e menos competitivos e dos setores que tem potencial para exportações, de crescimento e de, principalmente, geração de renda podem contribuir de forma decisiva na formulação de políticas públicas que visem fortalecer o crescimento industrial e econômico tendo em vista o bem estar dos agentes econômicos.

Com a abertura comercial, a economia doméstica ficou exposta a maior

concorrência internacional, principalmente o parque industrial que ficou exposto à competitividade internacional onde firmas ineficientes foram pressionadas a sair do setor.

Por outro lado, aumentou o fluxo de investimentos diretos para o Brasil, possibilitou um intenso processo de incorporação de novas tecnologias. A nova empresa passou a estar baseada no desenvolvimento tecnológico.

A substituição de um modelo de desenvolvimento sustentado pelo Estado para um modelo auto-sustentado ainda está acontecendo, conforme destaca Rodriguez e Lucena (2003, p. 369), “a desvalorização cambial não é suficiente para garantir um crescimento sustentado das exportações brasileiras”, ou seja, além do ambiente macroeconômico, para melhorar as vendas externas, deve-se criar a cultura exportadora.

A partir de um ambiente macroeconômico adequado, deve-se incentivar a busca de agregação de valor à produção exportável, com uma maior atuação do governo em cadeias produtivas em que o país apresente competitividade internacional. Como resultado do comércio exterior, espera-se que o país obtenha saldos positivos na balança comercial, melhorando o equilíbrio financeiro do país e protegendo o país de ataques especulativos.

Deve-se, portanto adotar políticas de desenvolvimento econômico a fim de fornecer insumos e ambiente para elaboração de uma política social mais adequada e sustentável e não o inverso, abandonar políticas de crescimento, onerando o setor produtivo e formular políticas sociais sem uma base econômica adequada comprometendo dessa forma as contas públicas e os setores produtivos brasileiros.

2.2 CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NA LITERATURA INTERNACIONAL

O termo desindustrialização vem sendo utilizado no meio acadêmico brasileiro em uma tentativa de conceituar o processo de mudança na estrutura da

indústria no período que teve início em meados da década de 1980. A partir desse debate, surge uma maior caracterização do termo: desindustrialização, desindustrialização prematura, relativa, especialização, especialização regressiva, etc.

Com essa especificação do termo surgem duas conotações, a desindustrialização positiva e a negativa.

O debate teve início com o documento divulgado pela UNCTAD em 2003 o qual inclui o Brasil entre o grupo de países que estaria passando por um processo de desindustrialização negativa, ou seja, o documento afirma que há uma redução da importância do setor industrial no produto e no emprego, num contexto de desaceleração generalizada do crescimento econômico.

A teoria de Kaldor no que se refere ao desenvolvimento econômico ao longo prazo resumidamente tem como primordial as mudanças na estrutura de emprego com o aumento da produtividade do setor agrícola.

O aumento da produtividade no setor agrícola reduz a necessidade de mão-de-obra na agricultura, ao mesmo tempo faz com que, tanto a demanda por insumos agrícolas intermediários como por insumos de capital e a demanda por bens de consumo por parte daqueles que se beneficiam do aumento da produtividade agrícola.

Como consequência, dois processos são iniciados: 1) a mão de obra começa a ser liberada pela agricultura 2) a mão de obra é absorvida progressivamente por outros setores da economia.

A partir daí inicia-se uma nova fase, a fase chamada de “industrialização”, ou seja, a mão de obra é absorvida principalmente pela indústria e serviços. Ao mesmo tempo o setor agrícola tem uma contração do emprego, o setor de serviço tem uma expansão e o setor industrial passa a apresentar uma tendência de estabilização da participação do emprego no total da economia.

Finalmente, na última fase o emprego industrial começa a declinar, conforme Palma (2005), “primeiramente em termos relativos e depois, ao menos em alguns países, em termos absolutos”. Por outro lado, o setor de serviços continua absorvendo a mão de obra. Essa é a fase chamada por Kaldor de desindustrialização.

Segundo Rowthorn (1997, p. 6), desindustrialização é “o termo usado na literatura para referir ao secular declínio do índice de emprego em economias avançadas”. O ponto de vista assumido por Rowthorn referente ao fenômeno da desindustrialização é que ela “é uma característica inevitável no processo de desenvolvimento econômico, de emergência predatória para ambos aumento da desigualdade e desemprego nas economias avançadas”. Dessa forma, conclui que “ela é a conseqüência natural do processo de desenvolvimento econômico em uma economia já em alto desenvolvimento”.

Rowthorn (1997, p.22) aponta como o “mais importante fator para explicar a desindustrialização é a tendência sistemática da produtividade da indústria de manufatura de adiantar o crescimento do setor de serviços”.

Dessa forma o autor enumera cinco razões para explicar os motivos da redução da participação do emprego na indústria de transformação em países de economia avançada: 1) Ilusão Estatística, 2) Demanda, 3) aumento da produtividade, 4) novas tecnologias e 5) divisão internacional do trabalho.

A ilusão estatística é a queda na participação do emprego industrial no total de emprego da economia causada principalmente pela realocação de mão-de-obra industrial para o setor de serviços seguindo um rápido aumento no número de atividades terceirizadas pelas indústrias manufatureiras através de firmas especializadas.

Na segunda forma de redução da participação do emprego industrial, Rowthorn (1999) caracteriza como sendo uma transferência de mão de obra do setor agrícola, como resultado do aumento da renda per capita, crescendo assim a demanda por produtos manufaturados, dessa forma ocorre um aumento significativo do emprego industrial, contudo isto é apenas passageiro, pois as pessoas se saturam de produtos manufaturados, passando assim a demandar produtos oriundos do setor de serviços.

Na terceira forma de redução da participação do emprego industrial, de acordo com Rowthorn (1999, p.66), há uma diminuição como causa do aumento da produtividade, pois, pelas leis aritméticas, “o crescimento do emprego é igual ao

crescimento do produto menos o crescimento da produtividade da mão-de-obra”, portanto “se o emprego nos serviços cresce mais rapidamente do que o da indústria de transformação deve ser consequência de um crescimento mais rápido do produto ou de um crescimento mais lento da produtividade”.

Na quarta hipótese, conforme Rowthorn, a estagnação ou declínio do emprego na indústria de transformação é muitas vezes atribuída à nova tecnologia que estaria criando um crescimento sem empregos.

Por fim, a quinta causa proposta por Rowthorn, é atribuída a mudanças na divisão internacional do trabalho. O que significa dizer que, os países de economias avançadas estão abandonando a produção de bens manufaturados e se especializando em prestação de serviços. Porém, as economias avançadas ainda estão consumindo grandes quantidades de produtos manufaturados, contudo estes produtos estão sendo importados de economias mais pobres, pagando com serviços sofisticados.

Para Feijó (2005) o termo desindustrialização pode ser tomado como “o declínio da produção ou do emprego industrial em termos absolutos ou como proporção do produto ou emprego nacional”. Porém, a autora aceita que há duas conotações para o termo, sendo uma positiva e outra negativa.

Para Palma (2005, p. 6), existem quatro fontes de desindustrialização as quais serão expostas resumidamente: (1) uma relação de u invertido entre emprego industrial e a renda per capita, ou seja, a desindustrialização é explicada como consequência de um declínio no emprego industrial quando determinado país atinge um certo nível de renda per capita, (2) uma relação inversa entre renda per capita e emprego industrial, que consiste no declínio ao longo do tempo na relação entre emprego industrial e renda per capita, (3) um declínio da renda per capita correspondendo ao ponto de virada da regressão, que diz respeito a queda do ponto da virada da regressão que relaciona emprego industrial com renda per capita com início nos anos 80, por fim (4) a doença holandesa, que será mais comentada por se tratar, segundo Gabriel Palma, da fonte de desindustrialização verifica para o caso do Brasil.

Dessas quatro fontes, Palma (2005, p. 20) destaca que no Brasil, a doença

holandesa é a mais evidente, porém, ele aponta como a principal causa a “mudança no seu regime de política econômica. Basicamente ela resultou de um processo dramático de liberalização comercial e financeira num contexto de um processo radical de mudança institucional”. O que Palma na realidade aponta é uma mudança na estratégia de industrialização. Ou seja, o Brasil passou de uma estratégia de Industrialização via substituição de Importação para uma estratégia neoliberal.

Para Palma (2005, p. 13), a origem deste fenômeno está no fato de que:

A relação entre o emprego industrial e a renda per capita tende a ser diferente entre países que estão seguindo uma agenda de desindustrialização para gerar superávit comercial na indústria, do que naqueles que estão contentes apenas em atingir um déficit comercial industrial (tais como países ricos em recursos naturais e portanto capazes de gerar um superávit comercial em produtos primários que possam financiar seus déficits comerciais industriais).

O que Palma quer dizer na realidade é que esse efeito é um fenômeno mais geral e que se aplica a países que geram superávit comercial no setor de serviços.

Tendo sido apresentado uma conceituação sobre a desindustrialização, fica a necessidade de uma apresentação mais ampla do termo doença holandesa, uma vez que esse fenômeno é identificado por alguns autores como uma das fontes do processo de desindustrialização.

2.3 DOENÇA HOLANDESA E O CASO BRASILEIRO

No período de 1990 a 2006 três fatores importantes ocorreram na economia brasileira e tiveram impactos notáveis e decisivos nas exportações, na estrutura produtiva e no emprego.

A abertura comercial que teve início no ano de 1990 no Governo Fernando Collor de Mello, a criação do Plano Real em 1994 no Governo Itamar Franco e a desvalorização e mudança no regime de câmbio em 1999 no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Após o período de crise na década de 1980 a década de 1990 teve início com a abertura comercial de forma que facilitou as importações de produtos de tecnologia

mais avançada, abrindo um período de reestruturação da indústria e da pauta exportadora do Brasil, haja vista que as empresas domésticas se viram obrigadas a investir na modernização e adaptar sua produção à concorrência com produtos de produtividade elevada.

Com a implantação do Plano Real em 1994, a meta passou a ser a estabilização econômica de forma a conter os altos níveis de inflação que vinha se arrastando a décadas. Tinha-se assim uma expectativa de que com a abertura comercial com maior concorrência e a estabilização macroeconômica, a economia brasileira passasse a apresentar um ciclo de crescimento virtuoso.

Porém, o que se verificou no decorrer da década de 1990 foi um certo desequilíbrio das contas externas e crises externas se sucedendo. Dessa forma, ficou evidente a dependência e vulnerabilidade do país aos capitais de curto prazo.

O mecanismo de âncora cambial imposto no Plano Real para manter os preços internos em equilíbrio na sua primeira fase foi responsável por uma forte valorização do câmbio, dessa forma elevou o déficit em transações correntes.

Porém, com o regime de câmbio fixo, o Banco Central vendia as reservas internacionais do país aumentando as taxas de juros, criando um círculo vicioso na economia, a medida que aumentava a entrada de capital especulativo.

Com a desvalorização cambial em 1999 e a mudança do regime cambial de fixo para flutuante, não ocorreu o aumento do nível geral de preços na economia, mas, também, não diminuiu a incerteza das empresas produtivas.

A taxa de câmbio passou a ser flutuante e a âncora de inflação passou a ser a taxa de juros. A economia, principalmente o setor privado produtivo e exportador, passou a conviver com as altas taxas de juros e a incerteza do câmbio.

Essa vulnerabilidade, que impôs pressão sobre a taxa de juros doméstica, tem trazido conseqüências extremamente negativas para a expansão do crescimento econômico e do emprego os quais, evidenciam-se seus baixos crescimentos, principalmente no setor industrial.

No que se refere aos instrumentos cambiais, pode-se dizer que são de

extrema importância na política econômica de qualquer país de economia aberta. Sua utilização é de competência exclusiva do governo federal já que o poder decisório sobre sua utilização foge da competência dos demais níveis de governo.

A taxa de câmbio mostra qual a relação de troca entre duas unidades monetárias diferentes, ou seja, o preço relativo entre diferentes moedas. Uma vez que a taxa de câmbio é o preço em moeda nacional de uma moeda estrangeira.

Por causa de sua forte influência sobre a conta corrente no balanço de pagamentos e em outras variáveis macroeconômicas, as taxas de câmbio estão entre os preços mais importantes em uma economia aberta.

Para determinar os fluxos comerciais entre os países, a taxa de câmbio relevante é a taxa de câmbio real, que corresponde ao relativo de preço entre o produto nacional e o estrangeiro.

Para se falar em taxa de câmbio e política cambial podemos recorrer a dois tipos básicos de regime cambial: Regime de câmbio fixo e Regime de Câmbio flutuante.

No regime de câmbio fixo o Banco Central determina o valor da taxa de câmbio e se compromete a comprar e vender divisas a taxa estipulada. Dessa forma, o Bacen deve possuir moeda estrangeira em quantidade suficiente para atender a uma situação de excesso de demanda por moeda à taxa estabelecida.

No regime de câmbio flutuante a taxa de câmbio deve ajustar-se de modo a equilibrar o mercado de divisas, ou seja, o princípio que norteia esse regime de câmbio é de concorrência perfeita, sem intervenção do Banco Central, de modo que qualquer desequilíbrio seja prontamente eliminado pelo mecanismo de preço.

No que se refere às transações financeiras entre países, deve-se analisar também o mercado quanto ao movimento de capitais. Essas relações podem ser efetuadas em dois tipos de mercados: um mercado em que há perfeita mobilidade de capital e mobilidade imperfeita de capital.

A partir do ano de 1999 o governo federal do Brasil passou a adotar a taxa de câmbio flutuante, concomitantemente a mudança de regime cambial ocorreu à

desvalorização da taxa de câmbio, ou seja, a depreciação da moeda brasileira diminuiu o preço relativo das exportações e elevou o preço relativo das importações.

A política cambial passou a depender diretamente da política monetária, ou seja, o governo passou a adotar um aumento das taxas de juros como uma alternativa para obter equilíbrio das contas externas, por outro lado passou a ter maior controle do nível de inflação doméstica.

A política monetária torna-se neste regime cambial um instrumento de estabilização mais potente, sendo o nível da taxa de juros determinante da taxa de câmbio, à medida que, tornando-se mais alta que a taxa externa, aumentará o fluxo de capital estrangeiro no país, o que valorizará a moeda nacional.

Essa política consiste em aumentando a taxa de juros ocorrerá um estímulo a entrada de capitais externos, o que contribui para o equilíbrio da conta de capitais no balanço de pagamentos, que se apresentava positivamente deficitária ou até mesmo produzir um excedente no balanço de capitais que permita compensar um déficit no balanço de transações correntes.

Alguns autores, porém, vê como resultado da política econômica seguida pelo Brasil no decorrer do fim da década de 1990 e início deste século, a doença holandesa ou Dutch Disease.

A Doença Holandesa é um termo utilizado para se referir a um fenômeno de reflexo negativo na economia de um determinado país que passou por um processo de apreciação da moeda local como consequência de um boom exportador de produtos primários.

A origem do termo doença holandesa deriva da experiência da Holanda em fins da década de 60 e início da década de 70, quando, após descoberta de grandes jazidas de gás natural, ocorreu um boom exportador provocando um grande superávit na balança de pagamentos. Por outro lado esta experiência holandesa provocou importantes efeitos na economia deste país, dentre os quais, uma ascensão do nível de preço geral, desemprego crescente e principalmente o declínio das exportações de produtos manufaturados.

Conforme Gillis (1992, p. 434), referindo-se ao termo:

Economistas começaram a compreender que a doença holandesa poderia ser um fenômeno mais geral, aplicáveis a todos os países que apreciaram um boom exportador de commodities primárias. Porque, como podemos ver, ela é um influxo de câmbio estrangeiro que causa a doença holandesa, essa síndrome pode ser resultado de um influxo de capital estrangeiro de alguma forma.

Segundo Palma (2005, p. 41), “a origem dessa doença está no fato de que a relação entre o emprego industrial e a renda per capita tende a ser diferente em países que estão seguindo uma pauta de desindustrialização para buscar gerar um superávit comercial na indústria”.

Dessa forma Palma acredita que esse fenômeno não está associado apenas às exportações de produtos primários, mas também, a países que geram um superávit comercial significativo em serviços.

Após este breve debate sobre o conceito de doença holandesa, o capítulo a seguir dá continuidade mais detalhada a respeito deste tema e de sua ocorrência no Brasil.

2.4 DEBATE SOBRE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

No Brasil há duas correntes de economistas, os que não acreditam que o país passa por um processo de desindustrialização e aqueles que vêem um processo de desindustrialização.

Nakahodo e Jank (2005) acreditam que o país não apresenta sinais de desindustrialização nem de doença holandesa, uma vez que, o setor exportador do agronegócio vem gerando superávits na balança comercial.

Segundo Nakahodo e Jank (2005), os argumentos de que o crescimento sustentado das exportações brasileiras de commodities está contribuindo para a apreciação do Real e produzindo mudanças estruturais no balanço de pagamentos do Brasil, são apenas impressões.

Para isso Nakahodo e Jank (2005, p. 19) se utilizou seguinte argumento:

As idéias de que haveria um processo de desindustrialização em curso é contestada pelos superávits da balança comercial nos produtos não-commoditizados a partir de 2002, pela recuperação do emprego industrial a partir do segundo semestre de 2004 e pela idéia simplista de que produzir commodities não seria também uma atividade industrial. Por trás da exportação brasileira de commodities há uma rede de indústrias de insumos, máquinas e processamento de produtos, além de apoio de diversos serviços de suporte.

Dessa forma, a visão sobre doença holandesa e desindustrialização no Brasil passa a ser contestada levando em consideração a pauta de exportação do país. Uma vez que se analisando de ponto de vista da variação cambial decorrente de uma oferta demasiada de produtos oriundos do setor primário, mesmo de forma agregada, para uma consideração específica do setor industrial manufatureiro de alta tecnologia.

O ponto de vista de Nassif (2006, p. 32), é de que, “a forte perda de participação da indústria no PIB brasileiro foi, pelo menos enquanto tendência de longo prazo, um fenômeno circunscrito basicamente à segunda metade da década dos anos de 1980”. Nassif dessa forma limita o processo a um período restrito e que teve início antes das reformas estruturais e principalmente da liberalização comercial.

Segundo Nassif (2006, P. 33), o que ocorreu foi uma fortíssima retração na produtividade do trabalho e um cenário de estagnação econômica. Porém, no período entre 1991 e 1998, o cenário passou a ser de manutenção do peso da indústria, inclusive com o aumento na produtividade do trabalho e queda na formação bruta de capital.

Dessa forma, Nassif conclui que “o período de 1990 até o presente não pode ser qualificado como de desindustrialização”.

Nassif, porém, alerta para o risco de no longo prazo o país deflagrar um processo precoce de desindustrialização como resultado de uma valorização da moeda nacional em relação ao dólar em termos reais.

Quanto ao fato da doença holandesa, Nassif (2006, p. 33), não acredita que há evidências de sua ocorrência no Brasil, e aponta dois motivos para isso:

Seja porque não se verificou uma re-alocação generalizada de fatores produtivos para os segmentos que constituem o grupo de indústrias com tecnologia baseada em recursos naturais, seja porque não se configurou um retorno vigoroso a um padrão de especialização exportadora em produtos intensivos em recursos naturais ou em trabalho.

Para a FIERGS (2006, p. 18), a evolução da produção física da indústria em geral não apresenta indícios de que o país está a caminhando em direção à desindustrialização, no período entre 1990 e 2006. Porém, em seu trabalho, a FIERGS aceita que alguns setores apresentam queda da produção tendo impacto negativo no nível de emprego e que tem conseqüências graves sobre algumas economias locais.

Por outro lado, o debate acerca da desindustrialização não se limita apenas a aqueles que não acreditam em uma desindustrialização negativa no Brasil. Economistas como Gabriel Palma, Feijó, Laplane entre outros tem visões diferentes a respeito desse fenômeno.

Para Gabriel Palma, no caso do Brasil, a fonte de desindustrialização é a doença holandesa, e que é entendida como um caso de desindustrialização precoce (prematura), ou como diz Palma “desindustrialização descendente” em oposição aos países industrializados que ocorreu “desindustrialização ascendente”.

Segundo Feijó (2005, p. 1), no Brasil “houve um retrocesso muito intenso da indústria no PIB, sendo que esse processo teve início anteriormente à abertura e à aplicação das políticas dos anos 90”. De fato, conforme evidências empíricas, a queda na participação da indústria de transformação teve início a partir de meados da década de 80.

Feijó (2005) aponta três direções para qualificar a desindustrialização no Brasil:

Como o Brasil não vem conseguindo acompanhar a evolução da indústria e dos serviços industriais modernos típicos da evolução de países emergentes de maior dinamismo, isso pode ser entendido como outra modalidade de desindustrialização relativa. Por outro lado, a desindustrialização relativa é um termo também pertinente para designar uma condição estrutural do crescimento brasileiro nas últimas décadas, no qual o baixo desempenho médio industrial não foi compensado pelos setores que substituíram a indústria como líderes do crescimento do PIB total. Esses novos líderes não tendo a mesma força e os mesmos impactos que a indústria apresenta sobre a sua própria dinâmica e sobre a dinâmica de outros setores, não abrindo caminho senão para um crescimento econômico apenas modesto para a economia brasileira como um todo. Finalmente, a perda de importância de segmentos industriais relevantes e a ruptura de elos em cadeias produtivas foram fatores que ocorreram no Brasil como decorrência das políticas macroeconômicas adotadas desde os anos 1990. Mas, como cabe notar, esses são casos de mudanças na estrutura industrial e não no peso da indústria no PIB, devendo, portanto, ser consideradas

exemplos de desindustrialização relativa.

Ao considerar os setores da indústria por grau de tecnologia, Feijó (2005) constata que “os setores intensivos em tecnologia mantiveram sua participação básica na indústria, muito embora sintomas de desindustrialização tenham sido detectados em diversos segmentos considerados de alta ou média-alta tecnologia”.

Feijó (2005) conclui que “houve de fato uma desindustrialização relativa entre os anos 1990 e a atualidade”.

Ao estudar a mudança na estrutura de emprego na indústria de manufaturas da economia brasileira, Scatolin, Porcile e Castro (2006) evidenciam a diminuição na participação do nível de emprego e produção a partir de meados da década de 1980, identificando dois sub-períodos distintos, “o primeiro que vai de 1950 a 1985, apresenta uma crescente participação da indústria de transformação e o segundo que vai de 1985 a 2000, onde a indústria de transformação cai 13,4 pontos”.

Do ponto de vista de Laplane (2006, p. 13) o desempenho industrial brasileiro tem sido prejudicado por restrições macroeconômicas e a má performance da indústria teria aprofundado ao não contribuir com o relaxamento das restrições macroeconômicas. Para Laplane,

O baixo crescimento da indústria brasileira é consequência do ajuste defensivo, primordialmente financeiro e de defesa da margem de lucro, das empresas industriais em fase da sucessão de expansões curtas de negócios recorrentemente interrompidas por choques das políticas econômicas desde 1994.

A desindustrialização fica mais evidente quando observada de forma mais abrangente. Observando-se a série histórica da indústria de manufaturas do Brasil a partir de meados da década de 1980, verifica-se que, nos estudos de Scatolin, Porcile e Castro (2006), o processo tem iniciado no ano de 1985, mas na década de 1990 tem se amenizado, porém, com tendências de uma nova queda na participação do setor de indústria manufatureira no total da produção da economia.

3 A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ECONOMICA DO BRASIL E MUNDIAL

Neste capítulo é analisada a performance brasileira de comércio exterior frente ao resto do mundo.

Para o autor as exportações de produtos manufaturados é “indicadores de eficiência internacional à primeira vista e revelam tendências estruturais”.

Contudo, a expansão das exportações não é necessariamente um indicador de crescimento da capacidade produtiva, segundo Shafaeddin (2005, p. 6), “se as exportações não são acompanhadas por uma correspondente expansão do valor adicionado da manufatura e dos investimentos os recursos estão desviados do mercado doméstico para as exportações”.

Dessa forma, a análise deve ser feita não apenas do ponto de vista das exportações como um todo, mas levando em conta o valor adicionado da manufatura e as exportações de manufaturas.

Ou seja, na primeira análise é relacionado o crescimento das exportações de produtos manufaturados com o crescimento do valor adicionado das manufaturas e o valor adicionado total.

Na segunda análise é estudada a s mudanças na estrutura de produção e exportações. Segundo Shafaeddin (2005), mudanças na proporção entre valor adicionado da manufatura e a produção total é tomado como um “indicador geral de diversificação do produto em favor de bens manufaturados”.

A análise comparativa é feita com uma amostra de 25 países (ver anexo I) selecionados, dentre eles, e de fundamental importância de análise estão os países do leste asiático, os países da América Latina e Caribe.

De acordo com a classificação utilizada por Shafaeddin (2005), esses países podem ser classificados em três grupos distintos: o grupo I são aqueles países que desenvolveu sua capacidade industrial e tem substancial capacidade nas exportações de bens manufaturados, nesse grupo se classificam os países do leste asiático.

O grupo II são os países de pequena base industrial, são os países do Sul da

África, os quais tem passado por programas de reformas designados e ditados por instituições financeiras internacionais.

O grupo III, de acordo com o autor, são os países que desenvolveram alguma capacidade industrial através da Substituição de Importações, nos períodos das décadas de 1950, 1960 e 1970, porém quando iniciaram o processo de liberalização algumas das suas indústrias não estavam maduras. Dentro deste grupo se classificam os países da América Latina, Oriente Médio e o Norte da África.

Dentro da classificação proposta por Shafaeddin, este capítulo tem por finalidade verificar empiricamente a dinâmica do comércio exterior do Brasil frente a países de economias em desenvolvimento. Dessa forma, este capítulo é dividido em duas seções. A primeira seção trata das evidências empíricas a respeito dos principais fatores econômicos. A segunda seção trata-se das evidências empíricas a respeito dos indicadores de reestruturação das exportações e produto.

3.1 A EVOLUÇÃO DOS FATORES ECONÔMICOS

De acordo com a tabela 1 a seguir, pode-se fazer uma análise comparativa entre três grupos de países, os quais são. Países da América Latina e Caribe, países do Leste Asiático e países do sul da Ásia.

A análise da dinâmica dos países selecionados divide-se em dois grandes períodos. O primeiro período corresponde aos anos compreendidos entre 1985 e 1994, período de transição estratégica na maior parte dos países analisados em especial o Brasil, pois com o advento do consenso de Washington, há uma tendência de pensamento neoliberal nas políticas macroeconômicas. O segundo período corresponde ao ano de 1995 a 2005, que seria uma consequência do período anterior.

Nas duas tabelas a seguir os dados apresentados de forma abreviada são: Emprego (EMP), População (POP), Exportações Total (EXT), Exportações de Manufaturas (EXM), Valor Adicionado da Manufatura (VAM) e Valor Adicionado Total (VAT).

Ao analisar-se a tabela 1 verifica-se que os países da Ásia têm um desempenho muito superior em termos de crescimento dos fatores econômicos se comparado com os países da América Latina e Caribe, no período de 1985 a 1994.

Foi possível observar que a taxa de crescimento do PIB (GDP) dos países da Ásia (6,59% a.a.) foi superior às dos países da América Latina e Caribe (2,32% a.a.). O Brasil teve a segunda menor taxa de crescimento (2,32% a.a.) a frente apenas do Peru (1,08% a.a.)

No que se refere ao Valor Adicionado Total (VAT), pode-se observar que a média de crescimento anual do período na Ásia foi de 7,55 % ao ano, onde países como China e Tailândia apresentam uma taxa de crescimento anual acima dos 9% e países como Indonésia, Malásia, Coréia do Sul e Taiwan apresentaram crescimento acima de 7% ao longo do período.

Por outro lado, países da América Latina e Caribe apresentaram um desempenho bem abaixo dos países asiáticos, o Valor Adicionado Total médio foi de 2,88% ao ano no período compreendido entre 1985 e 1994.

Nesse período nenhum país da América Latina e Caribe chegou a uma taxa de crescimento maior que 7% tendo apenas o Chile chegado a números próximos desta marca com crescimento de 6,57% ao ano. No que se refere ao Valor Adicionado das Manufaturas (VAM), os países da Ásia apresentaram uma taxa de crescimento bem maior que a dos países da América Latina. Enquanto os países asiáticos apresentaram uma taxa de crescimento anual de 8,06% ao ano, os países da América Latina e Caribe aumentaram seu VAM em apenas 1,97% ao ano.

O maior destaque dos países asiáticos foram a Tailândia (12,9% a.a.), a Malásia (12,5% a.a.) e a Indonésia (10,49% a.a.). Por outro lado, apenas o Chile com 6,59% ao ano teve um bom desempenho no crescimento do setor industrial de manufaturas. O Brasil apresentou um crescimento anual de apenas 0,256% a frente apenas do Equador (0,06% a.a.).

O desempenho dos países frente às exportações de manufatura aponta o melhor desempenho dos países asiáticos frente aos países da América Latina e Caribe.

No período de 1985 a 1994 observa-se novamente o bom desempenho dos asiáticos. Enquanto os mesmos apresentavam uma taxa de crescimento das exportações de manufaturados de 22,14% ao ano, os países da América Latina e Caribe apresentaram um aumento de 18,61% das suas exportações de manufaturados.

Os maiores destaques quanto as EXM foram a Bolívia (46%), Equador (28,27%), Tailândia (26,6%), Malásia (25,79%) e Indonésia (25,71%). O Brasil apresentou a terceira menor taxa de crescimento (8,36% a.a.), na frente apenas da Venezuela (4,72%) e Peru (6,42%).

TABELA 1 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DOS VALORES ABSOLUTOS DE EMPREGO, POPULAÇÃO EXPORTAÇÕES TOTAL, EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS, VALOR ADICIONADO TOTAL E VALOR ADICIONADO DAS MANUFATURAS EM PAÍSES SELECIONADOS – 1985-1994.

PAÍSES	GDP	EMP	POP	EXT	EXM	VAM	VAT
Ásia	6,59	2,82	1,72	16,34	22,14	8,06	7,55
Bangladesh	4,09	2,29	1,80	10,40	13,10	6,10	3,73
China	6,93	3,36	1,40	16,52	20,98	**	9,17
Hong Kong	6,59	1,36	1,18	17,97	18,24	**	**
India	5,44	1,96	2,05	11,94	14,91	6,56	5,44
Indonesia	7,00	3,03	1,75	8,53	25,71	10,49	7,21
Malaysia	7,65	3,35	2,33	14,72	25,79	12,50	7,69
Pakistan	5,10	1,96	2,63	10,98	15,33	5,88	5,07
Philippines	3,25	2,66	2,24	11,88	17,15	3,11	3,35
Singapore	8,13	3,21	2,45	16,05	21,34	**	**
South Korea	8,51	3,13	1,03	39,52	13,00	9,27	7,80
Sri Lanka	4,28	1,56	1,34	10,26	19,23	7,37	4,04
Taiwan	5,91	2,06	0,96	12,32	6,88	5,41	7,83
Thailand	9,06	2,40	1,38	20,54	26,59	12,90	9,11
América Latina & Caribe	2,86	2,61	1,87	6,74	18,62	1,97	2,88
Argentina	3,55	1,38	1,41	7,05	12,07	2,79	3,33
Bolivia	2,97	3,30	2,15	5,71	46,07	3,28	2,59
Brazil	2,32	1,91	1,77	5,89	8,37	0,26	2,32
Chili	6,82	3,21	1,62	12,28	21,18	6,59	6,58
Colombia	4,31	3,68	2,01	9,74	17,21	0,62	3,73
Costa Rica	4,88	4,07	2,47	9,13	12,26	4,77	5,02
Ecuador	2,66	3,84	2,37	3,12	28,27	0,06	2,77
Guatemala	3,43	3,88	2,56	3,91	11,75	2,29	3,39
Mexico	2,47	3,17	1,91	9,09	21,01	2,85	2,58
Peru	1,08	3,08	2,09	4,62	6,42	1,39	0,93
Uruguay	4,49	2,17	0,66	8,99	10,30	1,50	4,57
Venezuela	2,55	4,26	2,37	0,33	4,72	2,86	3,45

FONTE: BANCO MUNDIAL, UNCTAD, GRONINGER.

NOTA: Taxa calculada pelo autor.

** Refere-se a dados não disponíveis.

Analisando-se a tabela 2, pode-se verificar a evolução das mesmas variáveis acima analisadas ao longo do tempo. Porém, o período analisado compreende os anos de 1995 a 2005.

A dinâmica do Valor Adicionado Total das economias asiáticas apresentaram novamente, porém com intensidade um pouco menor que o período anteriormente analisado, um crescimento acima das economias latinas americanas. Os asiáticos aumentaram em valor adicionado total a uma taxa de 5,33% ao ano enquanto os países latino-americanos cresceram apenas 0,259% ao ano, valor muito abaixo do que apresentado no período de 1985 a 1994.

Os maiores responsáveis pelo crescimento do Valor Adicionado Total da Ásia foram a China (8,73% a.a.), a Índia (6,23% a.a.) e a Malásia (5% a.a.), com destaque para a Índia que apresentou um crescimento bastante acentuado de 1985 a 1994 para 1995 a 2005.

Já a América Latina e Caribe, no período de 1995 a 2005 apresentaram como os maiores crescimentos o Chile (6,57% a.a.) a Costa Rica (5% a.a.) e Uruguai (4,57% a.a.), porém, o Brasil novamente apresentou baixa taxa de crescimento do Valor Adicionado Total (2,32% a.a.), na frente apenas do Peru (0,93% a.a.).

Quanto ao Valor Adicionado das Manufaturas (VAM), destaca-se o baixíssimo desempenho dos países da América Latina e Caribe, um declínio anual de 3% no período de 1995 a 2005. Por outro lado, os países da Ásia apresentaram crescimento anual de 4,35%.

A economia Chilena apresentou novamente o melhor desempenho dos países da América Latina com uma taxa de crescimento anual de 7,14%, por outro lado, o Brasil novamente teve uma das mais baixas taxas de crescimento, na frente apenas da Argentina (0,40% a.a.) e Uruguai (-0,05% a.a.), com apenas 1,41% de crescimento ao ano.

Dos países da Ásia destaca-se a Coreia do Sul (7,78% a.a.), a Malásia (6,60% a.a.), a Índia (6,49% a.a.) e Bangladesh (6,39% a.a.).

No que se refere às Exportações de Manufaturados (EXM), é possível

verificar que o Brasil tem crescimento inferior aos países asiáticos e a média dos demais países latino-americanos e caribenhos.

Dentre os países asiáticos destacam-se a Filipinas (19,22% a.a.), a China (16,95% a.a.) e Bangladesh (11,42% a.a.). Dentre os países da América Latina e Caribe destacam-se a Costa Rica (20,578% a.a.), o México (11,73% a.a.) e Peru (11,79% a.a.).

TABELA 2 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DOS VALORES ABSOLUTOS DE EMPREGO, POPULAÇÃO, EXPORTAÇÕES TOTAL, EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS, VALOR ADICIONADO DOS MANUFATURADOS E VALOR ADICIONADO TOTAL DE PAÍSES SELECIONADOS – 1995-2005.

PAÍSES	GDP	EMP	POP	EXT	EXM	VAM	VAT
Ásia	6,40	1,40	1,26	8,00	8,70	4,36	5,33
Bangladesh	5,10	2,06	1,89	8,48	11,42	6,40	5,05
China	8,09	1,06	0,81	15,90	16,95	**	8,73
Hong Kong	3,79	1,54	1,17	5,61	5,74	-7,32	**
India	6,23	1,76	1,58	9,70	9,74	6,49	6,23
Indonesia	3,13	1,33	1,17	4,76	5,50	4,35	3,16
Malaysia	4,97	2,53	2,02	7,65	7,89	6,61	5,00
Pakistan	4,41	2,67	2,34	5,98	5,78	5,74	4,39
Philippines	4,11	2,43	2,05	10,98	19,22	3,89	4,25
Singapore	5,23	2,89	2,32	6,10	6,25	**	**
South Korea	4,75	1,28	0,75	9,72	9,53	7,78	5,00
Sri Lanka	4,48	3,21	1,06	5,36	4,16	5,07	4,32
Taiwan	4,51	0,97	0,75	6,25	6,24	4,14	4,68
Thailand	3,23	1,12	0,90	6,38	5,54	5,33	3,19
América Latina&Caribe	2,48	1,91	1,36	3,37	9,32	2,58	0,26
Argentina	1,77	1,49	1,12	7,73	6,38	0,40	1,09
Bolivia	3,22	2,59	1,80	6,96	1,91	3,23	3,19
Brazil	2,26	1,66	1,27	7,80	7,54	1,41	1,36
Chili	4,53	2,26	1,16	10,00	8,46	7,14	4,19
Colombia	2,45	1,82	1,67	6,73	7,84	2,31	2,45
Costa Rica	4,29	3,26	1,69	10,67	20,58	4,47	4,24
Ecuador	2,71	2,83	1,54	6,83	6,52	1,58	2,78
Guatemala	3,34	2,66	1,97	6,24	9,05	2,16	3,33
Mexico	2,66	2,20	1,32	11,15	11,73	2,90	2,66
Peru	3,66	2,21	1,56	10,41	11,79	2,71	3,60
Uruguay	0,91	-0,58	0,59	4,22	0,05	-0,05	0,66
Venezuela	1,75	2,07	1,61	8,34	6,43	2,66	0,10

FONTE: BANCO MUNDIAL, UNCTAD E GRONINGER.

NOTA: taxas calculadas pelo autor:

** Refere-se a dados não disponíveis.

Feita a análise da evolução dos fatores econômicos de países selecionados a próxima seção trata-se da análise dos indicadores de reestruturação das exportações e produtos destes mesmos países estudados na seção anterior.

3.2 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE REESTRUTURAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E PRODUTO

As tabelas 3 e 4 a seguir estão apresentadas às taxas de crescimento da participação de dos seguintes indicadores dos países apresentados anteriormente: PIB per capita (GDP/POP), produtividade do trabalho total (GDP/EMP), a taxa de participação das exportações de manufaturas no total das exportações da economia por país (EXM/EXT), o indicador geral de diversificação do produto (VAM/VAT) e a taxa de participação das exportações de bens e serviços na produção total (EXT/GDP).

Analisando, primeiramente, o crescimento do PIB per capita, verifica-se que os países da Ásia têm um crescimento superior aos países latinos e caribenhos. Enquanto os asiáticos cresceram em 4,23% ao ano, os Latinos e caribenhos cresceram a uma taxa de apenas 0,81% ao ano no período de 1985 a 1994. O Brasil apresentou um crescimento na variação do PIB per capita de apenas 0,76% ao ano neste mesmo período.

A produtividade do trabalho (EMP/GDP), verifica-se que a variação anual foi muito acentuada nos países asiáticos (3,77%) frente aos países da América Latina e Caribe (0,25%) período de 1985 a 1994.

Em relação ao crescimento da produtividade do trabalho, de um lado os países asiáticos como a Tailândia (6,66%), Coréia do Sul (5,38%), Hong Kong (5,24%) e Singapura (4,91%) apresentaram desempenho surpreendente no aumento anual da sua produtividade.

Por outro lado, países latino-americanos tiveram desempenho muito abaixo da média apresentada pelos países asiáticos. O Brasil apresentou uma variação de apenas 0,41% no decorrer do período de 1985 a 1994, muito aquém inclusive de países

da América Latina como Argentina (2,18%), Chile (3,61%) e Uruguai (2,32%).

Quanto à taxa de participação das exportações de bens manufaturados no total das exportações, podemos verificar de acordo com a tabela 3 abaixo que no período compreendido entre 1985 e 1994 a variação das participações da América Latina (11,88% a.a.) está bem acima dos países asiáticos (5,92% a.a.). Porém, como veremos adiante, no período seguinte de 1995 a 2005 há uma queda brutal na variação latino-americana (-4,22% a.a.).

Quanto aos países asiáticos, podemos destacar a variação negativa da Coreia do Sul (-26,52% a.a.) e o crescimento da Indonésia (17,18% a.a.). No lado da América Latina e Caribe, observa-se o bom desempenho de países como a Bolívia (40,36% a.a.) e Equador (25,15% a.a.).

Outro importante indicador da reorientação na estrutura das exportações e produto é o “indicador geral de diversificação do produto”, apresentado na tabela abaixo como a participação do valor adicionado da manufatura sobre a produção total da economia (VAM/VAT).

O que se destaca neste indicador é o baixo crescimento dos dois blocos de países, porém, com um desempenho negativo dos países da América Latina e Caribe nos dois períodos analisados. Entre 1985 e 1994 os países da América Latina e Caribe apresentaram uma taxa de variação negativa de 0,91% ao ano, da mesma forma, no período posterior entre 1995 e 2005 a variação cai ainda mais para 3,27% negativo ao ano.

De acordo com a tabela 3 abaixo, verifica-se que o Brasil apresentou um dos piores desempenhos dos países da América Latina com uma variação negativa em 2,07% ao ano, à frente apenas da Colômbia (-3,12%), Uruguai (-3,07%), Equador (-2,71%).

Finalmente, o último ponto a ser analisado no período de 1985 a 1994 da tabela 3 é a taxa de participação das exportações de bens e serviços sobre a produção total (GDP), onde, novamente os países asiáticos apresentam um desempenho bem acima dos países latino-americanos.

Os países da Ásia apresentaram um crescimento anual de 9,74% ao ano no decorrer do período de 1985 a 1994, frente a um baixo crescimento da participação dos países da América Latina (3,88% a.a.).

TABELA 3 – TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL: INDICADORES DA REORIENTAÇÃO NA ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES E PRODUTO EM PAÍSES SELECIONADOS – 1985-1994.

	GDP/POP	GDP/EMP	EXM/EXT	VAM/VA	EXT/GDP
Ásia	4,23	3,77	5,92	0,51	9,74
Bangladesh	1,92	1,79	2,70	2,36	8,42
China	4,64	3,58	4,96	**	10,04
Hong Kong	4,87	5,24	0,28	**	12,01
India	3,04	3,47	2,97	1,12	6,79
Indonesia	4,67	3,97	17,18	3,28	5,28
Malaysia	4,62	4,30	11,06	4,82	9,65
Pakistan	1,93	3,14	3,52	0,81	4,74
Philippines	1,20	0,59	5,27	-0,24	9,56
Singapore	5,31	4,91	5,29	**	9,32
South Korea	6,97	5,38	-26,52	1,47	4,51
Sri Lanka	2,59	2,72	8,98	3,33	8,16
Taiwan	4,21	3,85	0,10	-2,42	5,59
Thailand	6,96	6,66	7,13	3,79	10,89
América Latina&Caribe	0,81	0,25	11,88	-0,91	3,88
Argentina	1,27	2,18	5,02	-0,55	7,36
Bolivia	0,89	-0,33	40,36	0,69	3,29
Brazil	0,76	0,41	2,48	-2,07	6,68
Chili	4,23	3,61	8,90	0,02	5,90
Colombia	2,05	0,64	7,47	-3,12	2,31
Costa Rica	1,71	0,81	3,36	-0,25	4,08
Ecuador	0,14	-1,18	25,15	-2,71	**
Guatemala	0,52	-0,46	7,53	-1,10	0,38
Mexico	0,37	-0,70	6,56	0,27	11,19
Peru	-0,73	-2,00	1,80	0,46	10,95
Uruguay	3,02	2,32	1,32	-3,07	3,14
Venezuela	-0,29	-1,71	4,39	-0,59	5,88

FONTE: BANCO MUNDIAL, UNCTAD E GRONINGER.

NOTA: Taxas calculadas pelo autor.

** Refere-se a dados não disponíveis.

Analisando os indicadores da reorientação na estrutura das exportações e produto referente aos anos compreendido entre 1995 e 2005, de acordo com a tabela 4 abaixo, pode-se perceber que o PIB per capita, da mesma forma que o período de 1985 a

1994, os países asiáticos tem uma taxa de crescimento anual bem superior ao dos países da América Latina-Caribe. Enquanto os primeiros têm uma taxa de crescimento anual de 5,14%, os segundos têm um crescimento de 1,12% ao ano. O Brasil, da mesma forma que o período de 1985 a 1994, tem um crescimento anual do PIB per capita de apenas 0,99% .

A produtividade do trabalho tem um pequeno aumento a uma taxa de 5,01% ao ano no conjunto dos países asiáticos e de 0,57% nos países latino-americanos.

Quanto a participação das exportações de manufaturas no total das exportações é de se notar a grande queda da variação no decorrer dos anos compreendidos entre 1995 e 2005.

Dessa forma, é possível verificar que a taxa de participação das exportações de manufaturas no total das exportações do Brasil vem declinando ao longo do período entre 1995 e 2005 em 0,339 pontos ao ano.

Uma tendência que vem ocorrendo em diversos países da América Latina e Caribe, porém, com maior declínio nos países da América do Sul onde tem destaque a Bolívia (-9,35 %), Uruguai (-4,44%) e Venezuela (-4,454%). A Costa Rica aparece como uma exceção dentre estes países, pois apresentou um aumento médio anual de 8% na participação das exportações de Manufaturados no total das exportações do país.

Por outro lado, países em desenvolvimento com economia idêntica ao Brasil e que ao longo da história vem desempenhado um papel fundamental na economia mundial, tem a participação das exportações aumentada no total das exportações de sua economia.

Países como China (1,047%), Indonésia (0,269%), Malásia (0,22%), Singapura (0,146%) e Tailândia (0,315%) apesar de terem diminuído suas participações ao longo dos anos entre 1995 e 2005 em comparação ao período anterior (1985-1994), apresentam ainda crescimento em suas participações das manufaturas.

A variação asiática caiu da taxa de 5,92% ao ano entre 1985 e 1994 para 0,6% ao ano entre 1995 e 2005. Porém a maior queda ficou mais evidente nos países

latino-americanos, que entre 1985 e 1994 foi de 11,88% ao ano, passou a ter um declínio anual de 4,22% no período seguinte.

O maior destaque, porém, no que se refere a taxa de participação das exportações, é a variação positiva de 8,23% da Filipinas e de 9,90% da Costa Rica.

Quanto ao indicador geral de diversificação do produto, ou seja, da participação do valor adicionado de produtos manufaturados no valor adicionado total, pode-se observar que a América Latina e Caribe apresentaram um declínio significativo em relação ao período anterior, ou seja, a variação de 3,27% negativa ao ano indica o pouco crescimento do setor manufatureiro no total do valor agregado das economias latino-americanas.

O Brasil, por sua parte, pouco diversificou sua produção ao longo dos anos de 1995 a 2005, ou seja, apresentou um declínio anual de 0,7% ficando a frente apenas do Equador (-1,2% ao ano) e Guatemala (-1,17% ao ano).

O desempenho medíocre do Brasil nestes últimos anos pode ser considerado como uma perda da participação do setor industrial frente a seus maiores concorrentes na economia mundial. Ou seja, o desempenho exportador brasileiro pode estar mais direcionado a um aumento da produção de commodities agrícolas e indústrias de baixa tecnologia.

Porém, as exportações brasileiras diminuiu seu crescimento no período de 1995 a 2005 se comparado ao período de 1985 a 1994, seguindo assim a tendência dos demais países da América Latina e Ásia. Porém, ainda continua com a taxa de crescimento das exportações abaixo de países como o México (8,67% a.a.), Venezuela (7,30% a.a.), Peru (7,01% a.a.), Argentina (6,67% a.a.), Costa Rica (6,51% a.a.) e Chile (5,62% a.a.).

TABELA 4 – TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL: INDICADORES DA REORIENTAÇÃO NA ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES E PRODUTO EM PAÍSES SELECIONADOS – 1995-2005.

	GDP/POP	GDP/EMP	EXM/EXT	VAM/VAT	EXT/GDP
Ásia	5,14	5,01	0,60	-0,98	1,75
Bangladesh	3,21	3,04	0,66	1,34	3,39
China	7,28	7,03	1,06	**	7,95
Hong Kong	2,62	2,25	0,13	**	2,15
Índia	4,65	4,47	0,04	0,26	3,79
Indonésia	1,96	1,80	0,73	1,40	1,87
Malásia	2,95	2,44	0,24	1,60	2,70
Pakistão	2,07	1,75	-0,05	1,35	1,93
Philippines	2,06	1,68	8,23	-0,36	7,16
Singapore	2,90	2,33	0,15	**	0,97
South Korea	4,00	3,47	-0,19	2,78	4,89
Sri Lanka	3,42	1,27	-0,29	0,75	1,02
Taiwan	3,77	3,55	-0,02	-1,04	1,69
Thailand	2,33	2,11	0,36	2,14	3,58
América Latina&Caribe	1,12	0,57	-4,22	-3,27	1,07
Argentina	0,65	0,28	-1,35	-0,69	6,67
Bolívia	1,43	0,64	-5,05	0,04	3,81
Brazil	0,99	0,60	-0,26	-0,71	5,54
Chile	3,37	2,28	-1,54	2,95	5,62
Colômbia	0,78	0,63	1,11	-0,15	4,53
Costa Rica	2,60	1,03	9,91	0,23	6,51
Ecuador	1,17	-0,13	-0,31	-1,20	**
Guatemala	1,37	0,68	2,81	-1,17	2,81
México	1,34	0,46	0,58	0,24	8,67
Peru	2,11	1,45	1,38	-0,89	7,01
Uruguay	0,32	1,49	-4,17	-0,71	3,85
Venezuela	0,14	-0,31	-1,91	2,56	7,30

FONTE: UNCTAD, BANCO MUNDIAL E GRONINGER.

NOTA: Taxa calculada pelo autor;

** Refere-se a dados não fornecidos.

Do ponto de vista do PIB per capita, conclui-se que as Taxas de Crescimento dos países da América Latina e Caribe estão muito aquém das taxas de crescimento dos países asiáticos. O Brasil por sua vez tem um PIB per capita muito inferior inclusive a países da América Latina e Caribe.

Do ponto de vista do Valor Adicionado das Manufaturas, novamente os asiáticos tem um desempenho bem superior aos dos países da América Latina e

Caribe. Enquanto a Ásia cresceu a uma taxa de 8,06% ao ano, os Latino-americanos e caribenhos cresceram a 1,97% ao ano no período de 1985 a 1994 e, respectivamente, a 4,36% a.a. e -3,01% a.a. no período de 1995 a 2004.

Ao se comparar o desempenho dos países em desenvolvimento e de economias similares frente ao Brasil, é possível ter com mais clareza o fraco desempenho brasileiro ao longo dos anos de 1980 e 1990. Da mesma forma, ao verificar-se os países da América Latina, é evidente o impacto da crise dos anos de 1980 no desempenho econômico destes em relação aos países da Ásia em especial aqueles localizados no leste deste continente.

Evidencia-se que o Brasil se encontra entre aqueles países com fraco desempenho no setor manufatureiro, porém, com um crescimento bem mais amplo de suas exportações, o que se pode concluir que, a participação das exportações no total do valor adicionado tem crescido consideravelmente, porém, a participação das exportações de manufaturas dentro da exportação total não vem acompanhado-a com o mesmo efeito.

Conclui-se que, a partir dos indicadores da reorientação na estrutura de exportações e produto, teoricamente discutida em Shafaeddin, o indicador geral de diversificação do produto (VAM/VAT), evidencia que o Brasil pouco diversificou sua produção nos dois períodos em análise. A taxa de diversificação brasileira foi de -2,07 e de -0,71 nos períodos de 1985 a 1994 e 1995 a 2005 respectivamente.

A taxa de reorientação na estrutura de exportações brasileiras (EXM/EXT) teve uma queda de 2,48 no período de 1985 a 1994 para -0,26 no período de 1995 a 2005. O que se pode concluir que a participação das exportações de manufaturados tem diminuído no total das exportações de bens e serviços.

4 EVIDÊNCIAS DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Neste capítulo será analisada a evidência a respeito de uma possível desindustrialização no Brasil. Para isso, esse capítulo é dividido em duas seções: a primeira trata de analisar a estrutura produtiva e econômica brasileira, ou seja, é feita uma análise desagregada da produção e do emprego, na segunda seção é analisado o setor externo do país.

As variáveis macroeconômicas utilizadas neste capítulo são de fundamental importância para analisar o processo de desindustrialização ao qual a economia brasileira está inserida.

Segundo estudos realizados pelo *Center for Economic Policy Analysis* – CEPA (1999), para entender o processo de desindustrialização na América Latina, deve-se ter como idéia primordial a interação entre macroeconomia e a estrutura produtiva, em especial o setor industrial.

Desta forma, este capítulo terá como foco a análise da estrutura econômica do Brasil, os quais são, produção, emprego e produtividade do trabalho.

A primeira seção trata da variável produção, ou seja, do valor adicionado e Produto Interno Bruto (PIB) e da variável emprego, tendo como objetivo estudar o seu comportamento ao longo das últimas décadas.

Na segunda seção a análise centra no comércio exterior brasileiro com especial atenção às exportações de bens manufaturados.

4.1 A ESTRUTURA PRODUTIVA E ECONÔMICA BRASILEIRA

Nos estudos realizados pelo CEPA, são analisada as relações entre a dinâmica estrutural de emprego e produtividade do setor industrial e o crescimento da produtividade do trabalho na economia como um todo.

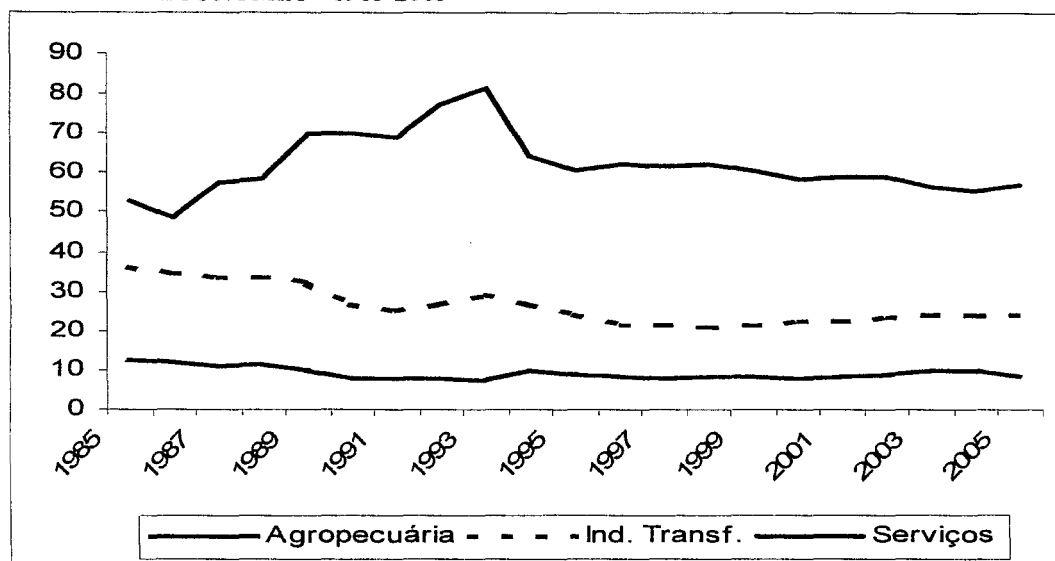
Porém, o CEPA analisa o processo de desindustrialização partindo de dois pressupostos básicos, primeiramente se a economia está com sustentabilidade

econômica, ou seja, se a produtividade tem uma variação anual consistente e segundo, do ponto de vista da sustentabilidade social, onde é analisado a variação anual do emprego na indústria de transformação.

No lado da produção, ou seja, do Produto Interno Bruto (PIB), é analisada de forma desagregada em agropecuária, indústria de transformação e serviços de modo a verificar a evolução dos setores da economia do Brasil, a princípio em relação a economia brasileira como um todo e em seguida em relação e de forma comparativa, com o resto do mundo.

No caso brasileiro, verifica-se através da evolução histórica do PIB desagregado que a participação do setor de indústria de transformação vem declinando a partir do ano de 1985 a uma taxa de $-2,60\%$ ao ano, uma vez que o setor representava 35% do total do PIB em 1985 e passa a representar 24% do PIB em 2005.

GRÁFICO 1 – PIB DESAGREGADO – PARTICIPAÇÃO POR SETOR NO TOTAL DA ECONOMIA – 1985-2005



FONTE: IPEADATA.

Quanto à variação anual dos três setores da economia podemos verificar de acordo com a tabela 5 abaixo que a participação anual do setor de indústria de transformação tem acumulado variações negativas ao longo dos dois períodos.

No primeiro grande período, observa-se que o declínio ao ano foi de 1,42% e no grande período seguinte, novamente ocorreu um declínio negativo a uma taxa de 0,92% ao ano.

Porém, seu pior desempenho ocorreu nos períodos de crise, 1985 a 1990, com uma taxa anual negativa em 6,02% e o período do início do Plano Real (1995) ao ano das mudanças cambiais (1999). Sua variação entre os anos de 1995 a 1999 foi de 4,47 % negativos ao ano.

TABELA 5 – TAXA DE VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO PIB – 1985-2005.

PERÍODOS/SETORES	Agropecuária	Indústria de Transf.	Serviços
1985-1994	-2,75	-3,25	2,16
1985-1990	-2,05	-6,03	-6,65
1991-1994	-2,71	0,23	-0,97
1995-2005	-1,41	-0,92	-1,09
1995-1999	-6,81	-4,48	-1,28
2000-2005	2,53	2,05	1,28

FONTE: IPEA.

NOTA: cálculos elaborados pelo autor.

Dentre as variáveis mais importantes da estrutura econômica está o nível de emprego da economia, pois não se pode falar em desindustrialização sem observar o comportamento do nível de emprego e renda no setor de indústria de transformação.

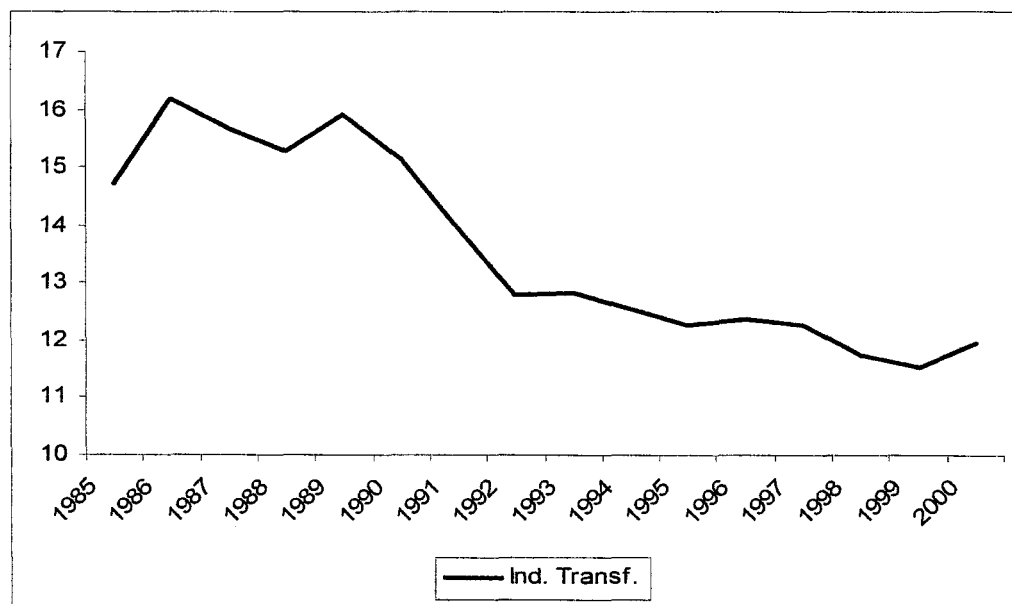
O emprego na estrutura econômica brasileira pode-se considerar que é a variável que demonstra mais claramente as evidências empíricas de desindustrialização na economia do Brasil.

O gráfico 2 abaixo demonstra a variação relativa do nível de emprego da Indústria de Transformação no Brasil no período de 1985 a 2000. Através dele é possível verificar de forma clara a perda da participação do emprego no setor da Indústria de Transformação frente ao total de emprego na economia.

Na série histórica apresentada observa-se que a curva de emprego do setor tem seu declínio iniciado no ano de 1985, quando representava 16 % do total de

emprego da economia. Porém, tem seu declínio se acentuado a partir de 1990 com a abertura comercial e se estendendo até o ano de 1999 com as mudanças cambiais, ano este em que sua participação representava apenas 11% do total do emprego da economia.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO EMPREGO TOTAL DA ECONOMIA DO BRASIL – 1985-2000



FONTE: OIT – WWW.OIT.ORG

O emprego no setor de indústria de transformação apresentou uma variação negativa em 1,77% ao ano no grande período de 1985 a 1994 e de 0,81% negativo ao ano entre 1995 e 2000.

O maior declínio do emprego industrial observado foi entre os anos de 1991 e 1994 (4,72% ao ano), período da abertura comercial, porém, podemos observar de acordo com a tabela 6 abaixo que o setor industrial de transformação vem perdendo participação no total do emprego em todos os micro-períodos analisados.

Outro setor que vem perdendo participação no total de emprego da economia brasileira é o agropecuário. Porém, em todo período analisado, justamente o período da abertura comercial e início do Plano Real que esse setor teve um certo crescimento anual na taxa de 3,94%.

TABELA 6 – TAXA DE VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO POR SETORES DA ECONOMIA NO TOTAL DO EMPREGO DO BRASIL – 1985-2000

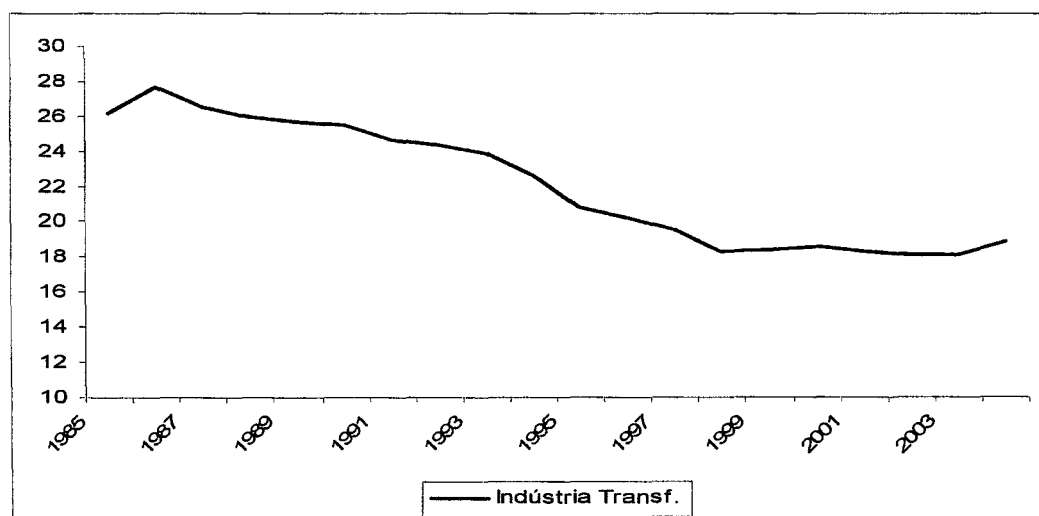
Período/Setor	Agropecuária	Ind. Transformação	Serviços	Total
1985-1994	-0,76	-1,77	0,84	-0,02
1985-1990	-4,52	0,60	2,00	-0,03
1991-1994	3,94	-4,72	-0,62	-0,01
1995-2001	-3,73	-0,25	1,60	-0,01
1995-1999	-1,96	-1,65	1,23	-0,03
2000-2001	-8,16	3,24	2,54	0,04

FONTE: OIT

Os dados de emprego do Ministério do Trabalho e Emprego através de seu banco de dados Relação Anual de Informação Social (RAIS) corroboram com os dados acima da OIT/IBGE.

De acordo com os dados da RAIS, é possível verificar que o nível de emprego relativo da indústria de transformação brasileira vem declinando a partir do ano de 1986, quando representava 27,74% do total do emprego, em 2004 passou a representar 18,8%.

GRÁFICO 3 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO TOTAL DO EMPREGO DO BRASIL – 1985-2004



FONTE: M.T.E/ RAIS.

Da mesma forma que o gráfico acima, podemos avaliar a variação percentual anual da participação do emprego por setor no total da economia brasileira.

De acordo com a tabela 7 abaixo, o período de 1985 a 1994 a perda anual foi de 1,61% ao ano e no período de 1995 a 2004 a perda na participação total foi de 1,82%. Mais uma vez, destaca-se o micro-período de 1991 a 1994, quando a perda de participação do setor da indústria de transformação foi de 2,94% ao ano e de 4,13% no período do Plano Real.

TABELA 7 – TAXA DE VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SETOR NO TOTAL DA ECONOMIA DO BRASIL – 1985-2005.

Período/Setor	Agropecuária	Ind. Transformação	Serviços	Total
1985-1994	9,77	-1,61	0,06	-0,09
1985-1990	0,76	-0,54	0,18	-0,01
1991-1994	21,04	-2,94	-0,09	-0,21
1995-2005	0,30	-1,82	0,86	0,25
1995-1999	0,54	-4,13	1,64	0,32
2000-2005	0,07	0,48	0,09	0,17

FONTE: M.T.E./RAIS.

Desagregando o emprego formal do setor de indústria de transformação por intensidade tecnológica podemos verificar de acordo com a tabela 8 que a participação do setor mais importante para o desenvolvimento tecnológico do país vem apresentando um declínio constante em todos os períodos analisados.

O setor intensivo em alta tecnologia perde participação nos dois macro-períodos apresentados, no período de 1986 a 1994 perdeu participação em 0,46% ao ano e no período de 1995 a 2004 perdeu participação em 0,36% ao ano.

Dos micro-períodos analisados é possível verificar que apenas entre 1986 a 1990 que o setor intensivo em alta tecnologia teve uma variação positiva ao ano, de apenas 0,60%. Nos outros micro-períodos verifica-se o declínio do emprego no setor industrial intensivo em alta tecnologia.

A partir da abertura comercial (1991 a 1994) o setor intensivo em alta tecnologia perdeu participação no total do emprego da economia em 1,79% ao ano. No período da implantação do Plano Real (1995) até o período das mudanças cambiais (1999) o setor perdeu participação em 0,40% ao ano.

E por fim, no período de 2000 até 2004, a indústria de transformação intensiva em alta tecnologia continuou perdendo participação no total do emprego da economia a taxa de 0,31% ao ano.

Da mesma forma, o setor de média-alta intensidade tecnológica, vem perdendo participação no total do emprego da economia. Nos dois macro-períodos apresentados na tabela abaixo é possível verificar que de 1986 a 1994 esse setor perdeu anualmente 1,12% de sua participação e sua perda foi de 0,40% ao ano no período de 1995 a 2005.

Contudo, o setor intensivo em baixa tecnologia foi o único que apresentou aumento da participação no total do emprego no decorrer de todos os períodos, porém a taxas muito baixas e com quedas sucessivas desde a abertura comercial.

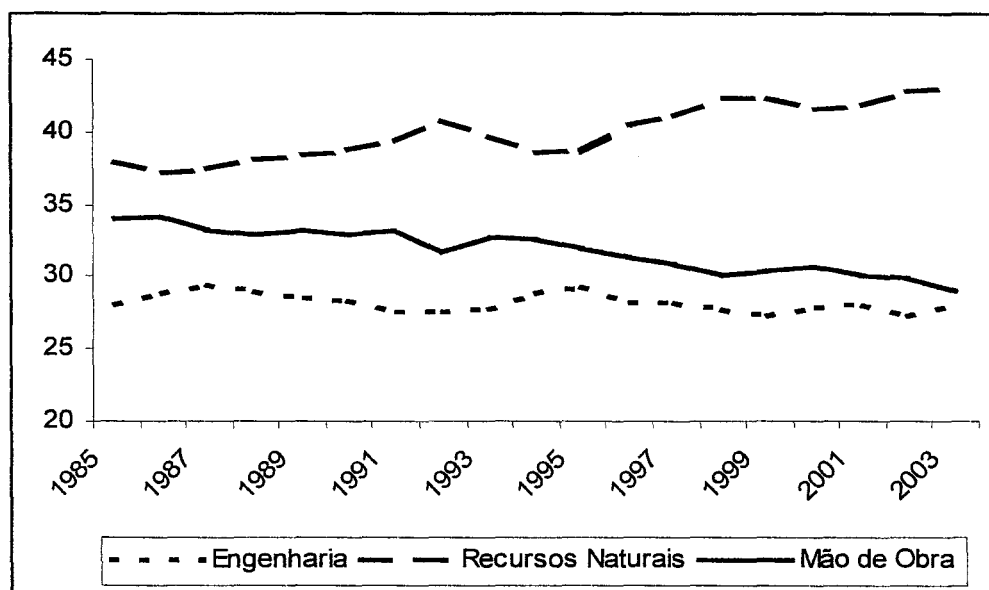
TABELA 8 – TAXA DE VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO FORMAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO TOTAL DO EMPREGO DA ECONOMIA DO BRASIL – DESAGREGADA POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA – 1986-2004.

Período/Grau de Tecnologia	Alta	Média-Alta	Média	Baixa
1986-1994	-0,46	-1,12	-0,97	0,69
1986-1990	0,60	-0,89	-1,39	0,49
1991-1994	-1,79	-1,40	-0,43	0,94
1995-2004	-0,36	-0,40	-0,62	0,34
1995-1999	-0,40	-2,26	0,31	0,50
2000-2004	-0,31	1,47	-1,54	0,18

FONTE: M.T.E/RAIS.

De acordo com o gráfico 4 abaixo referente a participação da indústria de transformação desagregada por intensidade tecnológica no total do emprego da economia brasileira no período de 1985 a 2004, observa-se que a participação do setor intensivo em engenharia vem declinando ao longo da série histórica, a medida em que o setor intensivo em Recursos Naturais cresce neste período.

GRÁFICO 4 – PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DESAGREGADA POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA NO BRASIL – 1985-2004



FONTE: CEPAL

A partir dos valores relativos à participação da Indústria de transformação por intensidade tecnológica pode-se observar de acordo com a tabela de variação da participação anual do setor desagregado que o setor intensivo em engenharia vem perdendo participação a uma taxa de 0,33% ao ano no período de 1995 a 2004 e o setor intensivo em mão de obra tem uma perda significativa em todos os períodos analisados.

TABELA 9 – TAXA DE VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA NO TOTAL DO EMPREGO NO BRASIL – 1985-2004

ANO	Engenharia	Recursos Naturais	Mão-de-Obra
1985-1994	0,28	0,20	-0,47
1985-1990	0,17	0,45	-0,66
1991-1994	0,41	-0,10	-0,23
1995-2003	-0,33	1,38	-1,53
1995-1999	-1,07	1,90	-1,48
2000-2003	0,67	0,40	-1,21

FONTE: CEPAL

Analisando a economia brasileira do ponto de vista do emprego é possível verificar a queda da importância tanto do valor absoluto quanto relativo do setor industrial manufatureiro no decorrer das três últimas décadas analisadas.

Porém, fica evidente que o declínio do emprego nos setores relevantes para o desenvolvimento econômico e social não fica restrito apenas a certos períodos históricos, mas vem se prolongando desde meados da década de 1980.

Dessa forma, evidências empíricas mostram que o país apresentou sucessivos declínios no nível de emprego em setores importantes da estrutura produtiva no Brasil.

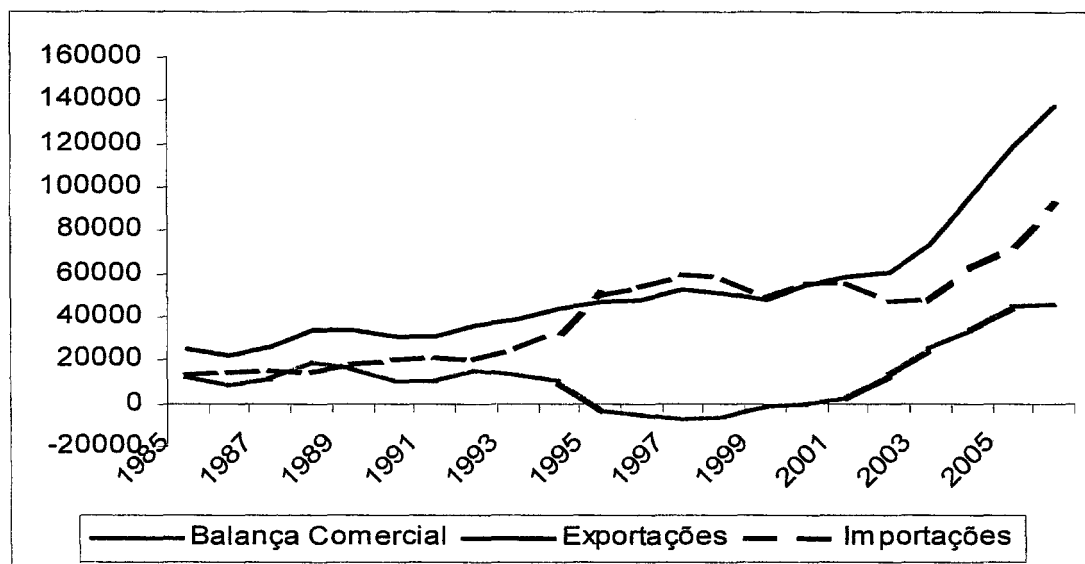
4.2 COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: EXPORTAÇÕES

As evidências empíricas a respeito do comércio externo brasileiro têm demonstrado a grande importância que a abertura comercial ocorrida no início da década de 1990 tem gerado no setor externo do Brasil. O valor total tanto das exportações quanto das importações brasileiras vem crescendo de forma significativa desde o início da década de 1990.

De acordo com o gráfico 5 abaixo, ao se verificar a série histórica das exportações e importações como um todo, é possível fazer duas observações importantes. A primeira é o salto que dá no volume das exportações e importações no período que compreende os anos de 1990 a 2006 e a segunda, o saldo na balança comercial negativo entre 1995 e 1999.

Dessa forma é possível perceber o impacto das mudanças cambiais no ano de 1999 sobre o comércio exterior brasileiro. O período de implantação do Plano Real foi acompanhado por uma forte valorização da moeda brasileira.

GRÁFICO 5 – EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA – 1985-2006.



FONTE: IPEA

O comportamento das variações de crescimento do comércio exterior brasileiro demonstra claramente a influência da taxa de câmbio efetiva real sobre as exportações e importações ao longo do período de 1980 a 2006.

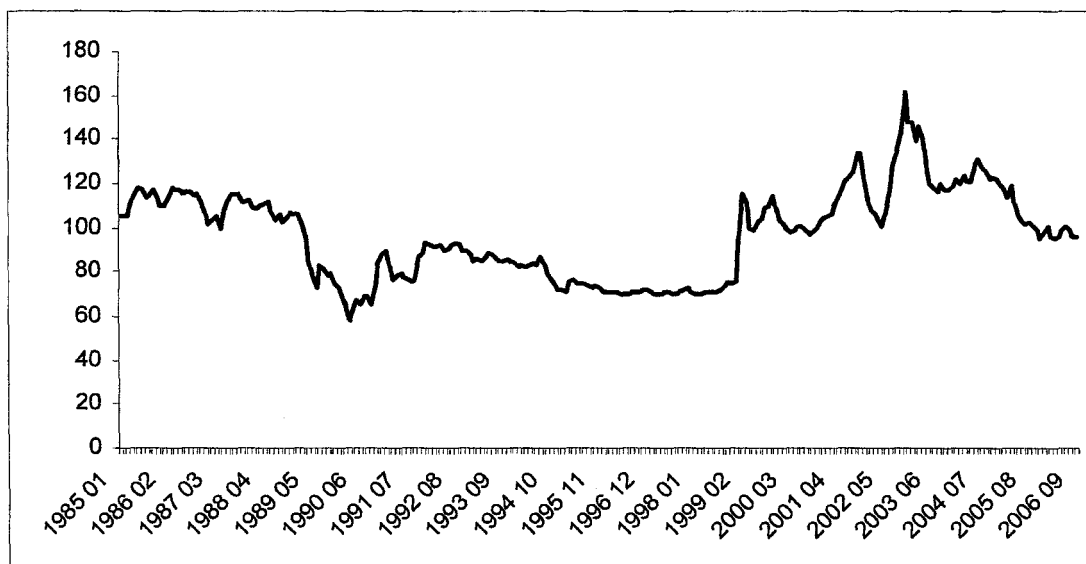
Observando o gráfico 6, referente a Taxa de Câmbio Efetiva Real (INPC) tendo este índice o ano base de 2000, abaixo, é possível relacionar o movimento histórico da taxa de câmbio com a dinâmica do comércio externo brasileiro.

De um lado, períodos de valorização cambial tiveram reflexos negativos para as exportações do Brasil. Por outro lado estes mesmos períodos de apreciação do Real frente ao dólar foram responsáveis pelo crescimento das importações do país.

Contudo, após a desvalorização do Real ocorrida em 1999, fez com que o saldo da balança comercial brasileira voltasse a crescer e apresentar saldos positivos, como consequência do aumento das exportações e crescimento decrescente das importações.

A tendência, porém, é um declínio das exportações de produtos industriais, à medida que a moeda desvaloriza em relação as demais, em especial o dólar.

GRÁFICO 6 – TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL (INPC) NO BRASIL – 1980-2006



FONTE: IPEA

Como demonstra a tabela abaixo, no que se refere a taxa de variação média anual da participação da indústria desagregada no total das exportações da indústria brasileira, pode-se observar que a indústria de manufaturados perde participação no segundo período (1995-2005) onde tem uma perda anual a uma taxa de 0,23%.

Verificando o desempenho da indústria de manufaturados em períodos menores, é possível evidenciar que o setor teve taxa de crescimento positiva nas exportações apenas no período compreendido entre os anos de abertura comercial, ou seja, de 1991 a 1994 obtendo uma taxa de 1,31% ao ano.

Nos demais períodos estudados, foram evidenciados sucessivos declínios nas exportações de produtos da indústria manufatureiras, em especial no período compreendido entre 2000 e 2005 a uma taxa anual de 0,32%.

Destaca-se também o declínio do setor de semimanufaturados em 3,24% ao ano no período de 2000 a 2005, porém, apenas o setor de produtos básicos vem ganhando participação no total das exportações do Brasil, a uma taxa anual de crescimento de 3,15%.

TABELA 10 – TAXA DE VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS SUBSETORES DA INDÚSTRIA NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA DO BRASIL – 1985-2005.

Ano/Setor	Ind. Diversas	Manufaturas	Semi-Manufaturas	Básicos
1985-1994	3,32	0,21	3,96	-2,40
1985-1990	4,35	-0,53	7,12	-2,40
1991-1994	1,76	1,31	-0,78	-2,41
1995-2005	-5,25	-0,23	-1,32	1,45
1995-1999	2,55	-0,12	1,00	-0,59
2000-2005	-11,74	-0,32	-3,25	3,15

FONTE: IPEA.

NOTA: cálculo elaborado pelo autor.

A mesma análise feita de forma a classificar os bens por categorias de uso está evidenciada na tabela 11 abaixo. A participação relativa das exportações de bens do setor industrial da economia brasileira nos períodos de 1985 a 2005 novamente demonstra a perda da participação e baixo crescimento do setor de maior intensidade de capital.

Os bens de capital perde sua participação se comparado os períodos de 1985-1994 e 1995-2005. No decorrer do período de 1985-1994 o crescimento da participação das exportações do setor foi de 5,58% ao ano, já no período seguinte, de 1995-2005 a taxa de crescimento anual tem uma diminuição significativa passando a ser de 2,87%.

TABELA 11 – TAXA DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA POR CATEGORIA DE USO DOS BENS NO BRASIL – 1985-2005.

Ano	Bens de Capital	Bens Intermediários	Consumo Duráveis	Consumo não durável
1985-1994	5,58	-0,04	-1,43	-1,64
1985-1990	4,42	0,45	-1,68	-2,69
1991-1994	7,04	-0,66	-1,12	-0,32
1995-2005	2,87	-0,69	1,84	0,24
1995-1999	5,04	-1,25	1,63	1,26
2000-2005	1,33	-0,29	1,99	-0,50

FONTE: IPEA.

NOTA: cálculo elaborado pelo autor.

De acordo com a tabela 12 a taxa de crescimento da participação das exportações da indústria de transformação do Brasil no período compreendido entre 1985 a 2005, apenas fortalece as evidências citadas anteriormente.

Os produtos manufaturados têm uma taxa anual de crescimento de apenas 0,49% ao ano no período de 1985 a 1994 passando a ser negativa no período seguinte (1995 a 2005) com uma taxa anual de -0,36%.

Ao analisarmos os períodos desagregados, é possível verificar que a partir de 1985-1990 a taxa de crescimento anual foi negativa em 0,26%, de 1995-1999 foi negativa em 0,14% e em 2000-2005 foi de -0,55%.

TABELA 12 – TAXA DE CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS SUB-SETORES DA INDÚSTRIA NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA NO BRASIL – 1985-2005.

Período	Manufaturados	Semi-manufaturados	Básicos
1985-1994	0,49	4,29	-3,01
1985-1990	-0,26	8,26	-3,58
1991-1994	1,42	-0,67	-2,30
1995-2005	-0,36	-1,45	1,32
1995-1999	-0,14	0,98	-0,61
2000-2005	-0,55	-3,48	2,92

FONTE: SECEX.

NOTA: cálculo elaborado pelo autor.

A partir da observação do conjunto de dados referentes as exportações de produtos industrializados do Brasil no período que compreende os anos de 1985 a 2005, é possível verificar de forma clara que a perda da participação dos setores intensivos de capital bem como o próprio setor industrial em geral vem perdendo participação no total das exportações da economia.

Análises realizadas nos capítulos anteriores já demonstravam esse fato, porém, com uma análise mais desagregada do período do tempo, os quais foram divididos em períodos importantes da história econômica recente do Brasil, é possível verificar que o processo de desindustrialização e perda da importância dos setores mais dinâmicos da economia brasileira no total das atividades econômica vêm se agravando ao longo da história.

Apesar de ter promovido a estabilização da economia brasileira, o Plano Real foi um dos períodos que mais comprometeu o crescimento das exportações, do emprego e da economia, principalmente do setor industrial de intensidade tecnológica, o qual tem maior efeito no processo de agregar valor e de promover o desenvolvimento de modo sustentável.

Conclui-se que as exportações brasileiras cresceram no decorrer das duas décadas analisadas, porém, o setor industrial em especial o manufatureiro tem perdido participação no total das exportações das indústrias.

As evidências empíricas demonstram que o desempenho das exportações de manufaturados do Brasil tem declinado seu crescimento em especial nos períodos que compreendem os anos de 1995 a 2005.

Os dados da tabela 10 apontam os anos de 1995-1999 (-0,12%) e 2000-2005 (-0,32%) como os de maior variação negativa do crescimento da participação da indústria manufatureira no total das exportações da indústria no Brasil. Seguindo a mesma tendência, os dados da tabela 12 apontam os anos de 1995-1999 (-0,14%) e 2000-2005 (-0,55%) como períodos de variação decrescente das exportações de manufaturados.

5 CONCLUSÃO

A história econômica contemporânea brasileira passou por três períodos importantes e para se chegar a uma conclusão mais ampla sobre o processo e causas da mudança estrutural e desindustrialização é necessário estar a par destes três períodos, os quais: abertura comercial, implantação do Plano Real e mudanças cambiais de 1999.

A primeira fase, de fundamental importância na reestruturação da estrutura produtiva brasileira, foi a de abertura comercial que teve início no ano de 1990.

A segunda fase pode chamá-la de fase de estabilização da economia, ou seja, a fase de implantação do Plano Real em 1994 até o ano de 1999, ano em que ocorreram as mudanças cambiais.

A terceira fase, de regime de câmbio flutuante, é a fase que teve início no ano de 1999 e perdura durante o primeiro e início do segundo mandato do governo Lula.

Na questão da metodologia e instrumento analítico no que se refere a macroeconomia, o estudo se baseou no conceito de mudança estrutural na indústria.

Define-se mudança estrutural na indústria como as mudanças na participação dos distintos setores no valor adicionado total da indústria manufatureira. A literatura sugere que a mudança estrutural na direção de setores intensivos em tecnologia e de maior elasticidade renda da demanda é desejável para sustentar o crescimento e a competitividade de longo prazo da economia (CEPAL, 2004, 2005; Cimoli et al, 2005; UNCTAD, 2005).

Contudo, o estudo teve como foco analisar o processo de desindustrialização da economia brasileira no período de 1985 a 2005 e seus efeitos a partir de três óticas fundamentais: setor externo, produto e emprego industrial, tendo o setor da indústria manufatureira como principal objeto.

Este setor, por sua vez, tem importância primordial no processo de desenvolvimento de quaisquer países, pois é o responsável pela transformação de

insumos de valor inferior em produtos de valor agregado, além de ser o setor responsável pelo processo de inovação e criação de novas tecnologias.

Lall (2005) aponta como medida de desempenho tecnológico os dados sobre exportações de produtos manufaturados, pois, além de serem fáceis de calcular, são indicadores de eficiência internacional e revelam tendências estruturais.

Lall ressalta que países como Tailândia, Indonésia, Malásia, China e Cingapura são exemplos de desenvolvimento pelo seu considerável dinamismo tecnológico.

A história contemporânea do Brasil dá sinais de que a abertura comercial foi de importância pontual para a indústria de transformação no Brasil. Essa por sua vez atinge uma maior produtividade e aumenta suas exportações absolutas de forma consistente.

Porém, ao passar a adotar uma estratégia de desenvolvimento neoliberal baseada nas propostas do Consenso de Washington e conseqüentemente na implementação do Plano Real em meados da década de 1990, o Brasil vem sofrendo um impacto negativo na estrutura econômica, pois esta estratégia, de caráter macrorestritiva, de um lado promoveu a estabilização da economia, por outro lado, é apontada como uma das principais causa da estagnação desta.

A política de altas taxas de juros e a valorização cambial são dois instrumentos de política macroeconômicas que tem reflexos diretos no produto, no emprego e no comércio externo brasileiro.

A valorização cambial, resultado da política monetária de taxa de juros doméstica provocou a substituição de produtos domésticos por produtos importados.

A apreciação da moeda e aumento do mercado de commodities podem ser uma das causas da desindustrialização em que se encontra o Brasil.

A conclusão que se tira da análise do setor externo do Brasil frente aos países em desenvolvimento e de economia similar é que, em termo de exportações, o Brasil está muito aquém de seu concorrentes. A América Latina e Caribe têm reduzido no decorrer do período seu desempenho frente aos países da Ásia.

O indicador geral de diversificação da produção em favor de bens manufaturados, ou seja, a mudança na proporção do valor adicionado de manufaturados (VAM) e valor adicionado total (VAT) tem apontado para uma diminuição em 0,71 no Brasil no período de 1995 a 2005.

Da mesma forma se verifica o desempenho inferior brasileiro em relação ao indicador de reorientação na estrutura de exportação do Brasil no mesmo período indicado acima. A participação das exportações de manufaturados no total das exportações brasileiras no período de 1995 a 2005 foi negativa em 0,26 ao ano.

Observando o PIB per capita do Brasil frente aos países asiáticos e da América Latina e Caribe, pode-se concluir que o desempenho brasileiro foi muito inferior, ou seja, cresceu em 0,99% ao ano, já que os países asiáticos cresceram a uma taxa anual de 5,14% em média e os países latino-americanos crescem a uma taxa de 1,12% ao ano.

Outra conclusão que se pode chegar a partir deste estudo a respeito do comércio exterior brasileiro é que realmente ocorreu um aumento nas exportações, porém, esse aumento pode ser ilusório, uma vez que se comparado a outros países em desenvolvimento e de economia similar ao do Brasil, o desempenho brasileiro está muito aquém ao esperado.

Da mesma forma, se analisarmos os indicadores de reorientação da produção e das exportações, o desempenho brasileiro aponta para um processo de baixo dinamismo da economia como um todo e baixo crescimento do PIB.

A conclusão que se tire a respeito da produção (Valor adicionado e PIB), é que o setor manufaturado da indústria vem perdendo participação no total da economia.

Ao analisarmos o comportamento dos dados de emprego ao longo dos anos de 1985 a 2005 é possível verificar novamente o baixo crescimento brasileiro. Aliás, o emprego é quem mais reflete este processo de desindustrialização no Brasil. A queda da participação do emprego do setor de manufaturados da indústria é visivelmente alarmante, pois, seu reflexo além de econômico, tem impacto social sérios.

A evidência de desindustrialização relativa da economia brasileira fica mais clara se observarmos que o Brasil não vem acompanhando a evolução da indústria e dos serviços industriais de tecnologia típicos da evolução de países emergentes de maior dinamismo.

Dessa forma, considerando que o setor da Indústria de Transformação é o mais dinâmico e que tem um efeito de arrasto na economia por agregar mais valor ao produto por meio de tecnologia, verifica-se que o país está perdendo importância nestes setores.

Tendo em vista as quatro principais estratégias de desenvolvimento industrial, podemos utilizar a análise do ponto de vista da estratégia de industrialização via promoção de exportações, uma vez que, esta estratégia está mais próxima do objetivo do trabalho, o qual centra a importância do comércio internacional para o desenvolvimento econômico nacional.

Contudo, não é necessário apenas exportar, mas selecionar produtos da indústria manufatureira em que há valor agregado em média e alta tecnologia e diversificar a estrutura produtiva.

Em síntese, o Brasil passa por um processo de desindustrialização relativa, porém com fortes indícios de que passe a tornar, também uma desindustrialização absoluta, a medida em que se mantém e insiste-se em uma estratégia de desenvolvimento que, conforme observado, não tem criado as condições necessárias para criação de emprego no setor manufatureiro de alta tecnologia, aumentando a produção de bens manufaturados e principalmente aumentando o PIB per capita brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBACHE, J.S; DE NEGRI, J.A. **Abertura comercial e competitividade industrial: uma análise preliminar.**

In Opções de Política Econômica para o Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Konrad Adenauer, 2003.

CENTER FOR ECONOMIC POLICY ANALYSIS (CEPA). **Deindustrialization and the social and economic sustainability nexus in developing and employment.** CEPA, working paper series I, nº 10, New York, may 1999.

ERBER, F. S. **O Padrão de desenvolvimento industrial e tecnológico e o futuro da indústria brasileira.** Rio de Janeiro: Revista de Economia Contemporânea, UFRJ, Vol. 5, Edição Especial, 2000.

FEIJÓ, C. A; CARVALHO, P.G; ALMEIDA, JSG. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), 2005.

FIERGS. **O Brasil está diante de um processo de desindustrialização?** Porto Alegre: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, 2006 (Estudos Técnicos).

GILLIS, M; PERKINS, D; ROEMER, M; SNODGRASS, D. **Economic of Development.** 3ª Ed. London: Norton & Company, 1992.

GRIFFIN, KEITH. **Alternative Strategies for Economic Development.** 2ª edição. London: Association With OECD – Development Centre, 1999.

IEDI. **Desindustrialização e dilemas do crescimento econômico recente.** São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IEDI). Carta IEDI nº 252, maio de 2007.

JANK, M.S.; NAKAHODO, S.N. **A falácia da “doença holandesa” no Brasil.** São Paulo: Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, março de 2006.

LALL, S. A mudança tecnológica e a industrialização nas economias de industrialização recente da Ásia: conquistas e desafios. In **Tecnologia, aprendizado e inovação: As experiências das economias de industrialização recente.** (orgs.) Kim, Linsu; Nelson, R.R. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.

LAPLANE, M. F. **Indústria e desenvolvimento no Brasil no século XXI.** In: *Economia & Tecnologia*, ano 2, vol. 6, p5-15. Curitiba: CEPEC/UFPR, 2006.

NASSIF, A. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** BNDES, Rio de Janeiro, julho de 2006.

PALMA, G. **Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa.** Cambridge: Mimeo. Unctad, 2005.

PERES, W. **El retorno de las políticas industriales em América Latina y el Caribe.** Santiago: CEPAL, n. 166, novembro de 2005.

RODRIGUES, W.; LUCENA, A.F. **Políticas de comércio exterior e o desempenho das exportações brasileiras.** In opções de Políticas Econômicas para o Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Konrad Adenauer, 2003.

ROWTHORN, R; RAMASWAMY,R. **Deindustrialization: Causes and Implications.** Washington D.C.: International Monetary Fund, Working Paper. April, 1997.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. **Growth, trade and deindustrialization.** Washington D.C.: International Monetary Fund, (IM Staff Papers, 46, 1), 1999.

ROWTHORN, R. Indústria de transformação: Crescimento, comércio e mudança estrutural. In **O futuro da indústria no Brasil e no mundo.** (org.) Castro, A.B. [et al.] Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SHAFARADDIN, S.M. **Trade liberalization and economic reform in developing countries: Structural change or de-industrialization?** Glasgow: Unctad, n. 179, april, 2005.

SCATOLIN, F.D.; PORCILE, G. P.; CASTRO, F.J.G. **Desindustrialização?** In: *Economia & Tecnologia*, ano 2, vol. 5, p. 5-15. Curitiba: CEPEC/UFPR, 2006.

TIGRE, P.B. **O papel da política tecnológica na promoção das exportações.** BNDES, 2006.

ANEXOS

Anexo 1.1 – VALORES ABSOLUTOS DO GDP, EMPREGO E POPULAÇÃO DE PAÍSES SELECIONADOS – 1985-2005.

PAÍSES	GDP			EMP			POP		
	1985	1994	2005	1985	1994	2005	1985	1994	2005
Ásia	3774032,424	6830782,484	13816174,73	975043,37	1256997,163	1465618,5	2376801,118	2774683,815	3186716,963
Bangladesh	57519	83082,22458	145592,6687	28496,73	35027,75097	43925,14421	99752,733	117279,697	144319,628
China	1582643,424	2953994	7192565,457	498730	674550	758250	1051040	1191835	1303182,268
Hong Kong	69639	126045,8012	191156,6367	2540	2870	3400	5456,2	6067,288	6898,686
Índia	814344	1328157,537	2635454,591	276288,24	329699,4119	400071,5558	755000	908000	1080264,388
Indonésia	323451	607409,9336	856644,2664	62458	82039	94948	163403	191226,0767	217374,2072
Malásia	64617	128587,4935	222088,1028	5625	7603	10044	15545,028	19180,324	23953,136
Pakistão	138632	219317,6077	356438,442	27030	32230	43220	99060,352	125491,984	162419,946
Filipinas	113493	152090,057	239046,5739	19801	25166	32875	57288,037	70111,842	87857,473
Singapura	29451	61201,10106	108744,9079	1235	1649	2266,7	2749,897	3427,979	4425,72
Coreia do Sul	231386	497850,9856	839471,2237	14970	19848	22856,1	40806	44780,886	48640,671
Sri Lanka	35381	52016,00067	85126,08693	4588,9084	5281	7518	16020,699	18066,12773	20300,95332
Taiwan	156878	267020,6518	438720,2137	7428	8939	9942	19337,363	21087,873	22894,384
Tailândia	156598	354009,0899	505125,5568	25852,5	32095	36302	51341,809	58128,738	64185,502
América Latina & Caribe	1866991,66	2415003,831	3174007,437	119251,67	150816,5675	186178,7412	350403,372	414504,4193	481644,7913
Argentina	209641	288651,3751	350611,2654	10997,569	12449,56179	14669,43679	30675,059	34816,1559	39362,31862
Bolívia	12943	16914,15138	24115,70697	1868,8082	2515,704429	3343,678293	5934,935	7203,89626	8778,612487
Brasil	675090	831472,8311	1066086,726	50875,114	60406,9	72480,41834	137302,933	160956,0846	185103,7793
Chile	60696,65968	112151,664	184619,0232	3622,9821	4835,367652	6196,751759	12066,701	13966,34962	15862,65548
Colômbia	127076	187364,4798	245364,941	9360,8344	13031,49047	15922,08327	29678,395	35566,45876	42734,62367
Costa Rica	11475	17802,97984	28536,89125	862,64084	1243,786259	1781,078759	2643,808	3303,197869	3978,204724
Ecuador	36570	46454,75969	62560,68594	2673,4778	3776,653848	5156,885671	9061,664	11211,92019	13279,72965
Guatemala	25167	34253,48381	49454,13398	2019,6551	2864,739535	3839,168692	6917,947	8708,409326	10816,01334
México	475505	594053,7959	796341,9826	24715,854	32890,44195	41904,83657	76767,225	91189,61075	105493,5736
Peru	71239	78534,97573	117527,7925	6331,766	8354,491956	10656,36136	19348,926	23351,56027	27715,30597
Uruguai	16746	25083,93457	27727,58999	976,9	1187,5	1114,5	3008,27	3192,942816	3407,938123
Venezuela	144843	182265,4001	221060,6985	4946,0737	7259,929569	9113,542717	16997,509	21037,83294	25112,03628

FONTE: BANCO MUNDIAL, UNCTAD E GRONINGER.

** Refere-se a dados não disponíveis.

Anexo 1.2 VALORES ABSOLUTOS DE EXPORTAÇÕES TOTAIS, EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS, VALOR ADICIONADO DOS MANUFATURADOS E VALOR ADICIONADO TOTAL EM PAÍSES SELECIONADOS – 1985-2004.

PAÍSES	EXT			EXM			VAM			VAT		
	1985	1994	2004	1985	1994	2004	1985	1994	2004	1985	1994	2004
Ásia	173668,5978	755149,9732	1680077,489	84788,81953	622123,2227	1484936,958	1,39249E+11	2,87726E+11	5,13463E+11	1,02266E+12	2,01838E+12	3,80681E+12
Bangladesh	973,666368	2483,328976	5795,939765	640,669265	2082,977614	5195,211865	2759091280	4775402496	8803158784	24067034112	33682000236	55707790366
China	27350,003	121005,2602	583335,4483	**	99555,82573	542462,8378	**	**	**	3,15054E+11	7,18823E+11	1,71046E+12
Hong Kong	30057,65907	151465,1155	265542,809	27264,48858	140841,029	250053,558	**	**	6371446272	**	**	**
Índia	8988,70784	25330,0055	**	5224,164592	19894,74354	**	24760295424	44671295488	83371401216	1,80362E+11	2,94775E+11	5,41229E+11
Indonésia	18668,71002	40063,41594	64483,51667	2043,771746	20675,56331	35819,10559	14018138112	36043927552	5702865680	76640514048	1,4671E+11	1,97176E+11
Malásia	15537,87674	58942,64448	126500,207	4256,20394	43360,66206	95432,97301	5766372352	17763004416	34399904320	32368879104	64642000696	1,06522E+11
Pakistão	2738,690304	7366,897	13378,01462	1707,38149	**	11397,20592	4955890784	8414640940	14083999496	33845551456	53405444036	7914027008
Filipinas	4628,95104	13482,88922	**	1232,701897	5770,555097	**	10163237888	13450141695	19552493658	43687557616	59943663280	88946223104
Singapura	22845,81039	96324,54938	178181,1959	11651,30037	79480,26482	146519,0443	**	**	**	**	**	**
Coreia do Sul	2738,690304	96007,65771	253944,5546	27643,39346	88044,95659	231031,9075	31882393088	73405544800	1,55105E+11	1,55711E+11	3,14166E+11	5,19906E+11
Sri Lanka	1275,198976	3209,632464	5485,135246	409,277783	2310,591638	4033,483094	823483312	15982091952	2633197824	7699434304	10909760236	16732004362
Taiwan	30524,8	92852,04378	173538,6971	**	86261,25696	160971,5802	34036824640	55399188096	79764561920	1,0479E+11	2,12056E+11	3,38815E+11
Tailândia	7121,641472	45235,49491	**	2715,468936	32754,80336	**	10094300256	32214216704	53694066944	46554120704	1,10241E+11	1,49866E+11
América Latina & Caribe	93487,17502	171414,24	240155,5798	16089,65742	86955,79177	78824,23275	2,14598E+11	2,5617E+11	2,2751E+11	1,09436E+12	1,40625E+12	1,70412E+12
Argentina	8395,956432	15838,66139	34314,39091	1770,839389	5247,891109	9934,871955	37498699776	4818557472	50162315264	1,7481E+11	2,35936E+11	2,63168E+11
Bolívia	672,765824	1124,230628	2254,329544	3,958256	250,139992	302,825775	674664336	906477440	1252064896	4616129088	5827319104	8018329984
Brazil	25538,73178	43557,82658	95002,36672	11227,27638	23843,66692	50880,59017	72953454592	74651688960	**	3,23021E+11	3,98198E+11	4,75291E+11
Chile	3763,8083	11368,6784	30894,46586	253,914294	1709,473261	3980,547294	5710700032	10334996552	18464699424	26597900544	51685000704	7832000768
Colômbia	3551,884288	8637,516544	16729,66036	601,167053	2823,254815	6195,591795	10823727104	11441238432	14185638592	48604763694	68280000072	86778966524
Costa Rica	975,9997	2220,437248	**	**	595,589442	**	1575112576	2420039400	3941083136	6970629312	10950559104	16384827648
Ecuador	2902,847488	3843,350016	7606,116373	22,716952	289,239151	555,131528	2038716416	2049666512	2379429376	11649809768	14948453760	19527267456
Guatemala	1057,0001	1502,445036	**	**	470,902	**	1767998720	2172395520	2677355776	11163103048	15142745344	21164455704
México	26757,3005	60618,55338	**	**	46842,45593	**	59657934720	77378740224	1,05141E+11	3,41909E+11	4,31278E+11	5,61007E+11
Paráguai	2885,455744	4388,855744	12494,87787	342,905588	611,165515	1987,734785	5983190016	6779555168	8633713408	35582193808	39782587392	55358239516
Uruguai	852,669398	1914,475648	2918,236744	393,031616	993,399355	998,232913	3104532224	35533922560	3635071680	13088994416	19718946816	21033030144
Venezuela	16022,73485	16499,16928	36001,08485	1474,155912	2253,596692	4288,766593	1293857056	16302175232	1733999784	62462401280	1,12504E+11	97353392328

FONTE: BANCO MUNDIAL, UNCTAD E GRONINGER.

** Refere-se a dados não disponíveis.

Anexo 1.3 VALOR ABSOLUTO DOS INDICADORES DE REORIENTAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E DA PRODUÇÃO EM PAÍSES SELECIONADOS - 1985-2005.

PAÍSES	GDP/POP			GDP/PIV			EM/EXT			VAM/VAT		
	1985	1994	2005	1985	1994	2005	1985	1994	2003	1985	1994	2004
Ásia	3774032,4	6830782,5	13816175	3,8706303	5,4342068	9,4288561	48,850322	83,218008	86,9399935	13,6137	14,255253	13,491556
Bangladesh	57519	83082,225	145592,67	2,0184421	2,3718972	3,3145633	65,800214	83,878508	92,320702	11,459997	14,177873	15,981892
China	1582643,4	2953994	7192565,5	3,1733472	4,3792069	9,4857441	**	82,273285	90,603287	**	**	**
Hong Kong	69639	126045,8	191156,64	27,416929	43,918398	56,22254	90,706622	92,985786	94,222271	**	**	**
Índia	814344	1328157,5	2635454,6	2,9474436	4,0283992	6,5874691	58,119194	75,901023	76,155017	13,706086	15,154372	15,404076
Indonésia	323451	607409,93	856644,27	5,1786961	7,4039168	9,0222466	10,965877	51,619983	51,778873	18,290767	24,568143	28,250297
Malásia	64617	128587,49	222088,1	11,487467	16,912731	22,11152	27,212725	73,672168	76,736005	17,814557	27,479045	32,262507
Pakistão	138632	219317,61	356438,44	5,1288198	6,804766	8,2470718	62,342992	85,600556	85,601698	14,642445	15,756148	17,601289
Filipinas	113483	152090,06	239046,57	5,7316802	6,0434736	7,2713787	26,630264	42,799099	89,789329	23,316827	22,818669	21,863962
Singapura	29451	61201,101	108744,91	23,846964	37,11407	47,974899	50,999726	82,097222	84,21862	**	**	**
Coreia do Sul	231386	497850,99	839471,22	15,456647	25,083181	36,728542	1009,3654	92,747755	91,666392	20,475781	23,365235	29,833323
Sri Lanka	35381	52016,001	85126,087	7,7101125	9,8496498	11,32297	32,09521	71,988618	73,855527	10,854814	14,646952	15,737492
Taiwan	156878	267020,65	438720,21	21,119817	29,871423	44,127964	**	92,90184	93,712185	32,480157	26,116455	23,542231
Tailândia	156598	354009,09	505125,56	6,0573639	11,030039	13,914638	38,130058	72,409517	74,824514	20,769237	29,221691	35,75429
América Latina & Caribe	1866991,7	2415003,8	3174007,4	15,655895	16,012855	17,048173	17,210882	50,133403	56,276736	19,790347	18,229946	13,350769
Argentina	209641	288651,38	350611,27	19,062486	23,185665	23,900801	21,091489	33,133447	27,277339	21,4511	20,423163	19,060961
Bolívia	12943	16914,151	24115,707	6,9258042	6,7234255	7,2123287	0,5883557	22,249884	16,096007	14,615153	15,555651	15,615033
Brazil	675090	831472,83	1066086,7	13,269553	13,764534	14,708617	43,790295	54,740256	51,025795	22,584741	18,747367	**
Chile	60696,66	112151,66	184619,02	16,753232	23,19403	29,792871	6,7462069	15,027897	15,648108	19,968949	19,996129	23,512707
Colômbia	127076	187364,48	245364,94	13,575286	14,377824	15,410354	16,925299	33,139084	34,329119	21,864016	16,514576	16,347466
Costa Rica	11475	17802,98	28536,991	13,302176	14,313536	16,022251	**	26,82307	65,435431	22,596419	22,099679	22,775703
Ecuador	36570	46454,76	62560,886	13,678812	12,300508	12,131486	0,7825748	7,5262245	10,115702	17,499999	13,710906	12,185163
Guatemala	25167	34253,484	49454,134	12,461038	11,956928	12,881469	**	31,342377	40,348059	15,837874	14,346114	12,650246
México	475505	594053,8	796341,98	19,238866	18,061594	19,003582	**	77,274112	81,417615	17,50992	17,941749	18,741447
Peru	71239	78534,976	117527,79	11,251048	9,4003293	11,028886	11,842923	13,925268	17,041537	16,355468	17,041765	15,412651
Uruguay	16746	25083,935	27727,59	17,14198	21,123313	24,87895	46,094766	51,888722	38,688052	23,755725	18,022882	16,798048
Venezuela	144843	182265,4	221060,7	29,284441	25,105671	24,256286	9,2004076	13,658849	12,3063	15,278426	14,490325	17,813665

FONTE: BANCO MUNDIAL, UNCTAD E GRONINGER.

** Refere-se a dados não disponíveis.

Anexo 2.1

Valores Absolutos e Relativos do Emprego por Setor da Economia no Brasil – 1985/1994/2001.

SETOR/PERÍODO	1985	1994	2001
Valores Absolutos			
Agropecuária	15.389	18.204	15.534
Indústria de Mineral	848	905	844
Indústria de Transformação	7.907	8.544	9.300
Construção	3.125	4.259	4.922
Serviços	26.492	36.188	44.858
Total	53.761	68.099	75.458
Valores Relativos (%)			
Agropecuária	28,62	26,73	20,59
Indústria de Mineral	1,58	1,33	1,12
Indústria de Transformação	14,71	12,55	12,32
Construção	5,81	6,25	6,52
Serviços	49,28	53,14	59,45

FONTE: OIT.

Anexo 2.2

Valores Absolutos e Relativos do Emprego Formal por Setor da Economia no Brasil - 1985/1994/2004.

SETOR/PERÍODO	1985	1994	2004
Valores Absolutos			
Agropecuária	333.468	900.170	1.305.639
Indústria de Transformação	5.213.804	5.053.656	5.926.857
Outras Indústrias	1.308.113	1.641.065	1.586.797
Indústria Total	6.521.917	6.694.721	7.513.654
Serviços	13.068.378	14.722.843	22.588.283
Total	19.923.763	22.317.734	31.407.576
Valores Relativos (%)			
Agropecuária	1,67	4,03	4,16
Indústria de Transformação	26,17	22,64	18,87
Outras Indústrias	6,57	7,35	5,05
Indústria Total	32,73	30,00	23,92
Serviços	65,59	65,97	71,92

FONTE: RAIS/M.T.E

Anexo 2.3

Valores Absolutos e Relativos do Emprego Formal da Indústria desagregada por intensidade tecnológica no Brasil

SETOR/PERÍODO	1985	1994	2004
Valores Absolutos			
Alta Tecnologia	780.143	725.401	821.016
Média-Alta Tecnologia	745.031	652.955	735.945
Média Tecnologia	900.323	799.998	881.947
Baixa Tecnologia	2.788.307	2.875.302	3.487.949
Total	5.213.804	5.053.656	5.926.857
Valores Relativos (%)			
Alta Tecnologia	14,96	14,35	13,85
Média-Alta Tecnologia	14,29	12,92	12,42
Média Tecnologia	17,27	15,83	14,88
Baixa Tecnologia	53,48	56,90	58,85

FONTE: RAIS/M.T.E

Anexo 2.4

Valores Absolutos e Relativos do Emprego na Indústria desagregada por Intensidade tecnológica no Brasil.

SETOR/PERÍODO	1985	1994	2003
Valores Absolutas			
Engenharia	1.544.600	1.335.893	1.083.429
Recursos Naturais	2.083.044	1.789.860	1.665.326
Mão de Obra	1.873.684	1.515.437	1.116.765
Indústria de Manufatura	5.501.328	4.641.190	3.865.520
Total	11.002.656	9.282.380	7.731.040
Valores Relativos (Referente a Indústria de Manufatura) (%)			
Engenharia	28,08	28,78	28,03
Recursos Naturais	37,86	38,56	43,08
Mão de Obra	34,06	32,65	28,89

FONTE: CEPAL.

Anexo 2.5

Variação Absoluta e Relativa das Exportações do Setor industrial desagregada por Intensidade Tecnológica no Brasil.

SETORES/PERÍODOS	1985	1994	2005
Valores Absolutos			
Indústria Diversas	452	841	1.264
Indústria de Manufaturados	14.063	24.959	65.144
Indústria de Semi-Manufaturados	2.758	6.893	15.961
Produtos Básicos	8.538	11.058	34.721
Total	25.811	43.751	117.090
Valores Relativos (%)			
Indústria Diversas	1,75	1,92	1,08
Indústria de Manufaturados	54,48	57,05	55,64
Indústria de Semi-Manufaturados	10,69	15,75	13,63
Produtos Básicos	33,08	25,27	29,65

FONTE: IPEA.

Anexo 2.6

Valores Absolutos e Relativos das Exportações da Indústria desagregada por utilização dos bens no Brasil

SETORES/PERÍODO	1985	1994	2006
Valores Absolutos			
Bens de Capital	1.341	3.946	16.359
Bens Intermediários	16.564	29.372	79.422
Bens de Consumo Durável	1.265	1.980	7.249
Bens de Consumo não Durável	4.801	7.373	22.270
Total	23.971	42.671	125.300
Valores Relativos (%)			
Bens de Capital	5,59	9,25	13,06
Bens Intermediários	69,10	68,83	63,39
Bens de Consumo Durável	5,28	4,64	5,79
Bens de Consumo não Durável	20,03	17,28	17,77

FONTE: IPEA.

Anexo 2.7

Valores Absolutos e Relativos das Exportações da Indústria desagregada no Brasil.

SETORES/PERÍODOS	1985	1994	2005
Valores Absolutos			
Básicos	8.538	11.058	34.722
Semi-manufaturados	2.758	6.893	15.961
Manufaturados	14.063	24.959	65.145
Total	25.639	43.545	118.309
Valores Relativos (%)			
Básicos	33,30	25,39	29,35
Semi-manufaturados	10,76	15,83	13,49
Manufaturados	54,85	57,32	55,06

FONTE: Secex.